

CULTURA MATERIAL HISTÓRICA E PATRIMÔNIO

Pedro Paulo A. Funari

Depto. de História do IFCH da UNICAMP

INTRODUÇÃO

Apresentam-se, neste volume da coleção *Primeira Versão*, quatro trabalhos que tratam da cultura material histórica e do patrimônio. O primeiro texto constitui reflexão a partir da tese de doutoramento de Marly Rodrigues, estudiosa do patrimônio histórico, cuja tese de doutoramento, apresentada na UNICAMP¹, foi publicado em forma de livro pela UNESP, tendo motivado debate em que apresentei as considerações aqui recolhidas. Os avatares do patrimônio são esmiuçados pela autora e os comentários aqui recolhidos induzem à leitura de sua importante obra. Em seguida, apresentam-se, de forma sucinta, as principais correntes teóricas da Arqueologia, disciplina voltada para o estudo da cultura material e cujas bases epistemológicas encontram

¹No Programa de Pós-Graduação em História, sob orientação de Edgar de Decca.

poucas publicações didáticas a respeito. O *paper* retoma considerações apresentadas em diversas palestras ministradas em diversas universidades brasileiras e visam a apresentar um rápido panorama das questões metodológicas em discussão, hoje, entre os que estudam a cultura material. Por fim, apresento, em vernáculo, um estudo de acervo material, de peças arqueológicas do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Esse texto tem sido usado em cursos que tratam da cultura material e sua publicação em vernáculo permitirá seu uso, de forma mais fácil, nos cursos de graduação. Os aspectos políticos do patrimônio arqueológico são discutidos, num estudo de caso, no capítulo de Lúcio Menezes Ferreira. Os quatro *papers* tratam, em diversos níveis e abordagens, dos liames entre a construção do patrimônio e o estudo da cultura material.

CONTRADIÇÕES E ESQUECIMENTOS NAS IMAGENS DO PASSADO¹

Pedro Paulo A. Funari²

Gostaria de começar agradecendo aos organizadores do CEDEM da UNESP, em especial à Professora Anna Maria Martínez Corrêa, o convite de participar, hoje, deste debate, em torno do livro da Professora Marly Rodrigues, estudiosa que há muito admiro e que tanto nos tem ensinado sobre o patrimônio em nosso país. Começarei por citar algumas passagens do capítulo conclusivo do volume e que servem como reflexões surgidas ao cabo de um percurso, como se olhasse para a História do cuidado com o patrimônio com o devido distanciamento, já a enxergar não mais as pedrinhas, mas o mosaico resultante dos documentos compulsados e criados pela autora, na forma de entrevistas com os próceres administrativos. Assim, Marly Rodrigues descreve o primeiro período da instituição estadual de patrimônio, de 1969 a 1982, em pleno arbítrio de um regime de força:

¹ Participação em Mesa-Redonda no CEDEM- UNESP, DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA, TESES EM DEBATE, "IMAGENS DO PASSADO, A INSTITUIÇÃO DO PATRIMÔNIO EM SÃO PAULO, 1969/1987", Marly Rodrigues, Condephaat e Faap, expositora. Pedro Paulo Funari, UNICAMP, Walter Pires, SMC/SP, Debatedores. Célia R. Camargo, UNESP. Moderadora. Dia 11 de setembro de 2001, às 18:00h. Praça da Sé, 108, 1º andar, tel 252 05 10. Discussão sobre o livro de Marly Rodrigues.

² Departamento de História, IFCH-UNICAMP, C. Postal 6110, Campinas, SP, 13081-970, pedrofunari@sti.com.br.

“Em um período de ascensão do conservadorismo, como os treze primeiros anos de atuação do Condephaat, a evocação do bandeirante e do grande cafeicultor atenderia quer à distinção de segmentos paulistas, quer às abordagens comemorativas e cívicas da cultura e da educação... Consagradores de um tempo passado, entendido como um tempo sem *contradições*, as representações bandeiristas, cafelistas e da colonização remetiam à nostalgia da vida rural” (pp. 148-9, grifo acrescentado).

De fato, a autora remonta a Taunay as origens dessas imagens idealizadas do passado e demonstra sua força no período de ápice da ditadura, mas sua força ideológica consiste, como bem ressalta Marly Rodrigues, na ênfase na *ausência de contradições*, na visão idílica de um passado em que todos seríamos bandeirantes. Tal concepção continua, quase vinte anos depois, a dominar as representações materiais do nosso passado, como atesta, de forma exuberante e indecente, o Museu Paulista, *in primis*, mas não apenas, pois o inventário dos bens tombados continua a privilegiar essas *imagines maiorum*.

A restauração das liberdades formais viria a permitir a emergência, no seio da sociedade, de múltiplas vozes e interesses o que, em parte, se refletiu, na ampliação do universo cultural representado no patrimônio (Meneguello 2001). No entanto, Marly Rodrigues concluiu seu balanço de forma muito clara, ao enfatizar as permanências seculares do discurso da exclusão. Segundo a autora:

“Do conjunto de bens tombados no Estado de São Paulo, fazem parte poucas memórias de negros, de imigrantes e de trabalhadores. Os remanescentes de sedes de fazenda e ricas mansões urbanas sombreiam os de senzala, dos cortiços e dos bairros operários. Desse modo, o patrimônio paulista se apresenta não apenas como perpetuador da memória, mas também do *esquecimento oficial*. A exclusão atinge não apenas os excluídos, mas remete toda sociedade à *idealização do passado como um tempo desprovido de contradi-*

ções e diferenças. Além disso, não permite a reflexão sobre as relações hoje vigentes na sociedade, dessa forma reafirmando igualdades idealizadas e camuflando *conflitos*, o que subtrai dos homens a idéia de possibilidade de *transformação*, razão mesma da memória, da retenção e socialização da experiência vivida” (p. 151, grifo acrescentado).

Não se trata de particularidades, de idiosincrasias das políticas patrimoniais paulistas, mas de características intrínsecas do preservacionismo nacional, inserido, portanto, em uma sociedade secularmente patriarcal, hierarquizada, fundada na obediência, infensa à liberdade e à cidadania ativas (cf. obras de Funari, nas referências). Como enfatizou o grande sociólogo, Octavio Ianni (1988: 83), o que se considera patrimônio é a Arquitetura, a música, os quadros, a pintura e tudo o mais associado às famílias aristocráticas e à camada superior em geral. A Catedral, frequentada pela “gente de bem”, deve ser preservada, enquanto a Igreja de São Benedito, dos “pretos da terra”, não é protegida e é, com frequência, abandonada. Os monumentos considerados como patrimônio pelas instituições oficiais, de acordo com Eunice Durham (1984: 33), são aqueles relacionados à “história das classes dominantes, os monumentos preservados são aqueles associados aos ricos e à produção cultural dessas classes dominantes. A História dos dominados é raramente preservada”.

Marly Rodrigues nota que não se trata, apenas, de excluir as maiorias e as minorias, mas de construir um passado homogêneo, presente de tensões, contradições e variedade. A sociedade é vista como um conjunto harmônico de pessoas, uma *koinonia*, no sentido já proposto por Aristóteles (*Politica* 1252^a7), a viver segundo normas sociais compartilhadas e aceitas. Neste modelo normativo, a dissensão, a variedade e a diferença aparecem como desvios da norma, exceções que confirmariam a regra. Essa concepção de sociedade cria o con-

ceito de *identidade* partilhada, de características iguais (de onde se origina a própria palavra *identidade*, de *idem*, “o mesmo”, em latim), como se todos, portanto, pertencêssemos à confraria. Este o conceito normativo de pertença, *belonging*, tão caro aos modelos de sociedade sem conflitos, sem diversidade.

Epur, como lembra Marly Rodrigues, a ausência de conflitos e diferenças não passa de idealização do passado, uma visão idílica dos donos do poder, daqueles que controlam a preservação da cultura material, acostumados com o exercício do mando e com a expectativa de obediência por parte daqueles que devem fazê-lo e que são, segundo sua ótica, simples néscios. Contudo, Marly Rodrigues menciona contradições e diferenças que não se sujeitam à lógica do discurso da homogeneização opressiva, pois a resistência consiste em desconstruir no sentido literal e figurado, essas memórias materiais repressoras. A alienação da população e o divórcio entre o povo e as autoridades distanciam e separam as preocupações corriqueiras das pessoas comuns e o *ethos* e políticas oficiais. Houve uma “política de patrimônio que preservou a casa-grande, as igrejas barrocas, os fortes militares, as câmaras e cadeias como as referências para a construção de nossa identidade histórica e cultural e que relegou ao esquecimento as senzalas, as favelas e os bairros operários” (Fernandes 1993: 275).

Para o povo, há, pois, um sentimento de alienação, como se sua própria cultura não fosse, de modo algum, relevante ou digna de atenção. Tradicionalmente, havia dois tipos de casa no Brasil: as moradas de dois ou mais andares, chamados de “sobrados”, onde vivia a elite, e todas as outras formas de habitação, como as “casas” e “casebres”, “mocambos” (derivado do quimbundo, *mukambu*, “fileira”), “senzalas” (locais da escravaria), “favelas” (tugúrios) (Reis Filho 1978: 28). O resultado de uma sociedade baseada na escravidão, desde o início houve sempre dois grupos de pessoas no país, os poderosos, com sua

cultura material esplendorosa, cuja memória e monumentos são dignos de reverência e preservação e os vestígios esqueléticos dos subalternos, dignos de desdém e desprezo.

Marly Rodrigues considera que essa invenção de um passado homogêneo e harmônico inibe a reflexão sobre as relações sociais cotidianas e tende a subtrair dos homens seu potencial de transformação social. A preservação patrimonial insere-se, neste contexto, em uma luta pela preservação do *status quo* e das iniquidades vigentes. Essas tentativas de imobilização dos agentes sociais, entretanto, sempre encontram seus limites na própria práxis social, que escapa aos ditames dos administradores da sociedade e da gestão patrimonial. Marly Rodrigues conclui sua obra com palavras fortes sobre a ideologia do preservacionismo, sobre sua tarefa:

“A busca desse sentido (sc. de democratização das práticas públicas de proteção da memória social) implicaria o interesse em favorecer a emergência de uma consciência política que absorvesse o presente como um tempo historicamente constituído, no qual o passado é projetado como reflexão sobre *a diferença, o outro, o conflito e a resistência*, elementos constituintes da ininterrupta luta pelos direitos sociais” (p. 152).

O preservacionista sempre tem uma pergunta em mente: preservar para quê? Há alguns anos, quando de uma homenagem póstuma ao obstinado defensor do patrimônio e humanista Paulo Duarte – personagem do capítulo de Marly Rodrigues “Passado, reflexo do presente” –, Maria Cristina Bruno (1991) evocava uma bela imagem sobre a preservação:

“Patrimônio, para Paulo Duarte, era visto com muita abrangência. Sinônimo de qualidade de vida, pesquisa e ensino, erudito e popular, antigo e moderno e, acima de tudo, preservação para a informação”.

Informação, criação de consciência, ação no mundo, transformação, eis as metas da preservação (Funari 1992/3:18-19). Seria, até mesmo, o caso de propor que se deva preservar para transformar a sociedade, pois o conhecimento não é apanágio de classe ou grupo e qualquer ação preservacionista pode levar à reflexão crítica. Abrir a cabeça, talvez a meta maior da preservação (Hudson 1994: 55). A começar por uma política que se contraponha à alienação da moda e à descontextualização derivada da mercantilização generalizada dos objetos e dos edifícios em nossa sociedade pós-moderna (Durrans 1992: 14), que contribua para a autonomia do público (aquilo que os ingleses tão bem definem como *empowerment*, cf. Giroux & McLaren 1986: 238). O passado, em forma de patrimônio material, serve ao presente (Luc 1986: 118).

A luta por direitos sociais, propugnada por Marly Rodrigues consiste em batalhar por um preservacionismo que dê conta das contradições, dos conflitos, da heterogeneidade (cf. Rodrigues 2001: 17). Tal luta não se pode restringir à esfera dos órgãos de patrimônio, pois são as forças sociais a permitir, em última instância, a contestação das exclusões já consolidadas. A ação conjunta com os agentes constitui, pois, o meio privilegiado de ação por uma preservação libertadora. O belo livro de Marly Rodrigues, de forma muito sintomática, conclui-se com uma convocação à ação, com um brado por uma política pluralista que contribua para *transformar* nossa sociedade. Cabe a todos nós contribuirmos para isso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Cristina Bruno, Brian Durrans, Octavio Ianni, Robert Layton, Cristina Meneguello e Marly Rodrigues. Devo, ainda mencionar o apoio institucional do *World Archaeological Congress*. A responsabilidade pelas idéias restringe-se ao autor.

REFERÊNCIAS

- Bruno, C. 1991 Por um mundo mais justo, *Jornal da Tarde, Caderno de Sábado*, 16/11/91, p.3.
- Durham, E. 1984. Texto II. In *Produzindo o Passado, Estratégias de construção do patrimônio cultural*, A.A. Arantes (Ed.), 23-58. São Paulo: Brasiliense.
- Durrans, B. 1992 Behind the scenes. Museums and selective criticism, *Anthropology Today*, 8,4, August, 11-15.
- Fernandes, J. R. O. 1993. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de História. *Revista Brasileira de História* 13 (25/26), 265-276.
- Funari, P.P.A. 1992/3 Memória histórica e cultura material, *Revista Brasileira de História*, 13, 25/26, 17-31.
- Funari, P.P.A. 1990 Education through Archaeology: a bumpy but exciting road, *Archaeology and Education*, 1,2, 9-11.
- Funari, P.P.A. 1991 Archaeology in Brazil: politics and scholarship at a Crossroads, *World Archaeological Bulletin*, 5, 122-132.
- Funari, P.P.A. 1993. Memória Histórica e cultura material, *Revista Brasileira de História*, 13, 25/26, (set.92/ago.93), 17-31.
- Funari, P.P.A. 1994. Paulo Duarte e o Instituto de Pré-História, *Idéias*, Campinas, 1,1, 155-179.
- Funari, P.P.A. 1995 A cultura material e a construção da mitologia bandeirante: problemas da identidade nacional brasileira, *Idéias*, 2,1, 29-48.
- Funari, P.P.A. 1997 El mito bandeirante: élite brasileña , cultura material e identidad, *Boletín de Antropología Americana*, 24, diciembre de 1991 (publicado em 1997, 110-122. Funari, P.P.A. & I. Podgorny, Congress Review, Is archaeology only ideologically biased rhetoric?, *European Journal of Archaeology*, 1,3, 416-424.
- Funari, P.P.A. 1998 Arqueologia, História e Arqueologia Histórica no contexto sul-americano, in P.P.A. Funari (org.), *Cultura Material e Arqueologia Histórica*, Campinas, IFCH-UNICAMP, 7-34.

- Funari, P.P.A. S. Jones & M. Hall, 1999 Preface, in P.P.A Funari, M. Hall & S. Jones (eds), *Historical Archaeology, Back from the edge*, Londres, Routledge, xix-xx.
- Funari, P.P.A. S. Jones & M. Hall, 1999 Introduction: archaeology in history, in P.P.A Funari, M. Hall & S. Jones (eds), *Historical Archaeology, Back from the edge*, Londres, Routledge, 1-20.
- Funari, P.P.A. 1999 Historical archaeology from a world perspective, in P.P.A Funari, M. Hall & S. Jones (eds), *Historical Archaeology, Back from the edge*, Londres, Routledge, 37-66.
- Funari, P.P.A. 1999 Considerações sobre o profissional de museu e sua formação, *Anais da II Semana dos Museus da Universidade de São Paulo*, São Paulo, USP, 81-86.
- Funari, P.P.A. 1999 Nota de Leitura de L. Audrerie, “La notion et la protection du patrimoine” e R. Souchier e L. Vilar, “Le patrimoine mondial”, *Revista de História Regional*, 4, 1, 147-149.
- Funari, P.P.A. 2000 Conservation of cultural heritage in Brazil: some remarks, *Archaeologia Polona* (Institute of Archaeology and Ethnology, Polish Academy of Sciences, Warsaw), 38, 2000, 191-201.
- Funari, P.P.A. 2001 Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, 41, 1/2, 2001, 23-32.
- Funari, P.P.A. 2001 Com os olhos na Europa e os pés na América: a pesquisa científica no Brasil do século XIX, resenha de Maria Margaret Lopes, “O Brasil descobre a ciência científica: os museus e as ciências naturais no século XIX”, *História, Ciências, Saúde, Manguinhos* 7, 3, 2001, 745-748.
- Funari, P.P.A. 2001 Pedro Paulo A. Funari e Jaime Pinsky, Introdução, *Turismo e Patrimônio Arqueológico*, São Paulo, Editora Contexto, 2001, 3-7.
- Funari, P.P.A. 2001 Public archaeology from a Latin American Perspective, *Public Archaeology*, 2001, 1, 239-243.

- Funari, P.P.A. 2001. Destruction and conservation of cultural property in Brazil: academic and practical challenges, in *Destruction and Conservation of Cultural Property*, edited by R. Layton, P.G. Stone and J. Thomas, London and New York, Routledge, 2001, 93-101.
- Giroux, H.A. & McLaren, P. 1986. Teacher education and the politics of engagement: the case for democratic schooling, *Harvard Educational Review*, 56, 3, 213-238.
- Hudson, K. 1994. The great European museum: the museum one cannot avoid and does not need to enter, *Institute of Archaeology Bulletin*, 31, 53-60.
- Janni, O. 1988. *Uma Cidade Antiga*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Luc, J.-L. 1986 *La enseñanza de la Historia a través del medio*. Madrid, Cincel.
- Meneguello, C. 2001. A preservação do patrimônio e o tecido urbano. Campinas, manuscrito.
- Reis Filho, N.G. 1978. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva.
- Rodrigues, M. 2001. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo, in *Turismo e Patrimônio Cultural*, P.P.A. Funari & J. Pinsky (orgs.), São Paulo, Contexto, 13-24.



TEORIA E MÉTODOS NA ARQUEOLOGIA CONTEMPORÂNEA: O CONTEXTO DA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA¹

Pedro Paulo A. Funari

A Arqueologia possui diversas correntes teóricas, cujos paradigmas epistemológicos não são, às vezes, bem conhecidos. Neste contexto, procuro apresentar um quadro geral das posturas mais recorrentes e relaciono essas abordagens à prática contemporânea da Arqueologia Histórica (Funari, Hall e Jones 1999, com bibliografia sobre o tema).

A Arqueologia só pode ser entendida em seu contexto histórico e social, como alertava Michael Shanks há algum tempo. Desde seu surgimento, diversas teorias desenvolveram-se e, de certa forma, todas elas continuam até hoje sendo utilizadas. Herdeira do nacionalismo do século XIX, a Arqueologia tem no modelo histórico-cultural sua teoria mais difundida. A partir da noção de que cada nação seria composta de um povo (grupo étnico, definido biologicamente), um território delimitado e uma cultura (entendida como língua e tradições sociais), formou-se o conceito de cultura arqueológica. Esta seria um conjunto de artefatos semelhantes, de determinada época, e que representaria, portanto, um povo, com uma cultura definida e que ocupava um território demarcado. Este modelo está calcado em suas origens filológicas

¹ Considerações apresentadas em eventos acadêmicos sobre os campos conceituais na Arqueologia das sociedades históricas.

e históricas e surgiu no contexto da busca das origens pré-históricas dos povos europeus, tendo surgido na Alemanha, com Gustav Kossinna, e se generalizado graças à genialidade de Vere Gordon Childe. Childe retirou os pressupostos racistas do modelo original e desenvolveu o conceito de cultura arqueológica, acoplando-o ao evolucionismo materialista de origem marxista.

O modelo histórico-cultural parte do pressuposto que a cultura seja homogênea e que as tradições passem de geração a geração. Desta forma, seria possível tentar determinar os antepassados dos germanos ou dos guaranis. Este modelo, ainda que tenha sofrido muitas críticas, como veremos, continua a ser o mais utilizado em Arqueologia, em suas múltiplas variantes e formas.

O primeiro assalto consistente a esse paradigma viria daqueles que não praticavam a Arqueologia de cunho filológico e histórico, à maneira européia. No contexto da Arqueologia antropológica norte-americana, surgiu um movimento, na década de 1960, que se auto-denominava de *New Archaeology* ou Arqueologia Processual, capitaneada por Lewis Binford. Começou-se com o grito de guerra de que “Arqueologia é Antropologia ou não é nada”, em claro desafio ao caráter histórico da Arqueologia histórico-cultural. A História estaria em busca dos eventos e das culturas singulares, enquanto a Antropologia americana ressaltava que haveria regularidades no comportamento humano. Buscavam-se, pois, leis transculturais de comportamento. Partia-se do pressuposto que os homens maximizam os resultados e minimizam os custos, em qualquer época e lugar. Assim, estudar o assentamento humano há dez mil anos na Mesopotâmia ou na China deveria partir dos mesmos pressupostos e pouco importavam as características históricas específicas. A Arqueologia processual refletia bem uma visão capitalista do passado humano, privilegiando uma interpretação materialista pouco preocupada com as diversidades culturais. Surgida no contexto

da Guerra Fria e tendo atingido seu ápice na década de 1970, ela continua bastante difundida, ainda que nunca tenha conseguido suplantar, em popularidade acadêmica, o modelo histórico-cultural.

A partir da década de 1980, começaram a surgir críticas mais contundentes ao processualismo. Nas Ciências Humanas, em geral, difundia-se o pós-modernismo e as críticas à idéia de verdade científica. A partir da noção de que as ciências são construções discursivas, inseridas em contextos sociais, desmontou-se a lógica do processualismo: os homens não foram sempre e em toda parte capitalistas! Alguns, como Ian Hodder, começaram a ressaltar que havia uma dimensão simbólica na cultura que não podia ser deixada de lado, já no início da década de 1980, mas foi a publicação de *Re-Constructing Archaeology*, por Michael Shanks e Christopher Tilley, em 1987, que marcou o processo de *reconstrução* da Arqueologia. Os autores uniram as vertentes filológicas, históricas e filosóficas da crítica social às reflexões da Antropologia contextual, em um ataque devastador aos pressupostos histórico-culturais e processuais, caracterizados como discursos a serviço das potências imperialistas e da exploração. Já antes disso, Bruce G. Trigger constatava que a *New Archaeology* era uma forma de Arqueologia imperialista. A Arqueologia pós-processual ou contextual introduziu, de forma explícita, a dimensão política da disciplina, sua importância na luta dos povos pelo seu próprio passado e por seus direitos.

Foi neste contexto que surgiu o *World Archaeological Congress* (Congresso Mundial de Arqueologia), em 1986, congregando arqueólogos e outros estudiosos, assim como indígenas, preocupados com as dimensões sociais da Arqueologia. Shanks e Tilley constataram que o próprio nome da disciplina pode ser interpretado como o “conhecimento do poder”, retomando um dos sentidos da palavra *arque*, em grego. A partir da década de 1990, esse engajamento levou a um cres-

cente dinamismo da chamada Arqueologia Pública (*public archaeology*), entendida como toda a pletera de implicações públicas da disciplina, do cuidado pelo patrimônio aos direitos humanos.

A partir do final da década de 1990, há um crescente pluralismo interpretativo na Arqueologia. Os modelos fundados no histórico-culturalismo continuam muito difundidos, tanto por serem os que mais cedo surgiram e terem continuado a desenvolver-se, como por responderem a inquietações históricas concretas, como é o caso da busca das origens pré-históricas de povos como os tupis ou os guaranis. A partir da década de 1960, uma vertente histórico-cultural importante em certos países latino-americanos foi a Arqueologia Social Latino-Americana, teoria fundada em Childe e que se aplicou bem à reconstrução das grandes civilizações pré-colombianas, como a maia, inca e asteca, que estariam na base das modernas nacionalidades de países com forte presença indígena, como o México e o Peru.

O processualismo, por sua parte, continua importante, em particular por fornecer esquemas interpretativos aplicáveis a qualquer contexto histórico. Assim, o estudo da captação de recursos e dos padrões de assentamento tem se beneficiado das ferramentas interpretativas da *New Archaeology*, sendo seus métodos mais usados em certos países como na Europa Oriental ou na Argentina, ou em determinadas instituições de pesquisa. A Arqueologia contextual, em suas mais variadas manifestações, tornou-se conhecida em toda parte e assumiu a vanguarda em países como a Inglaterra e em diversas instituições pelo mundo afora, em primeiro lugar no mundo anglo-saxão, mas também alhures. A convivência de diferentes e, às vezes, contraditórias teorias em Arqueologia constitui uma salutar característica da disciplina na atualidade.

Neste contexto, pode afirmar-se que a Arqueologia Histórica é uma disciplina ainda muito jovem, tendo se institucionalizado há apenas quarenta anos, nos Estados Unidos. No Brasil, sua prática tem-se

ampliado, principalmente, a partir da década de 1980, em parte como resultado da restauração paulatina das liberdades públicas e do declínio do arbítrio, primeiro com a anistia (1979), o relaxamento da censura e, ao cabo, com a passagem a um regime civil em 1985.

A primeira questão epistemológica a ser abordada refere-se àquela mais central e que se encontra no cerne de todo engenho da disciplina: seu estatuto ontológico. A Arqueologia, surgida em solo europeu herdeira da tradição ocidental renascentista, teve algumas de suas bases assentadas na História da Arte, na Arquitetura acadêmica, no mundo das formas. Este período pré-histórico da Arqueologia marcou profundamente a disciplina, em busca das grandes estátuas gregas, da *aisthesis*, da percepção das etéreas linhas da beleza marcadas no mármore e noutros materiais nobres. Quando o século XVIII testemunhou o avanço das Luzes e uma nova universidade tomou forma, a Filologia passou a erigir-se como fundamento último da humanidade e o próprio estudo das formas, já multissecular, passou a ser apresentado à semelhança das línguas. A nascente Filologia já se havia inspirado na Biologia para decompor as línguas em troncos e filiações, assim como para apresentá-las, à maneira dos seres vivos, com nascimento, crescimento, ápice, declínio e desaparecimento e tais metáforas foram passadas, *mutatis mutandis*, para a cultura material. Neste contexto, a Arqueologia não podia deixar de ser filológica e, portanto, histórica.

Muito diversa a Arqueologia surgida do outro lado do Atlântico, nos Estados Unidos. Ao lado de uma Arqueologia européia logo implantada nas universidades e museus americanos, tão bem representada pelas Arqueologia Clássica, Bíblica, do Egito e da Mesopotâmia, surgia outra, a Arqueologia pré-histórica. As Arqueologias surgidas no Velho Mundo estudavam a civilização européia e suas origens, voltavam-se para as próprias sociedades em que se inseriam. Nos Estados Unidos, surgia uma disciplina voltada para aqueles que *não* fa-

ziam parte da civilização ocidental, a Antropologia interessada no substrato humano dos diversos povos. Para tanto, era necessário conhecer as línguas indígenas (Linguística), as tribos existentes (Etnologia) e aquelas extintas (conhecidas pela cultura material e estudadas pela Arqueologia pré-histórica).

O estudo da cultura material recente das sociedades ocidentais demorou, portanto, a surgir e quando o fez encontrou-se na encruzilhada de diversas origens e abordagens. Na Europa, o estudo arqueológico destes últimos séculos, por vezes chamada de Arqueologia Pós-Medieval, continua a ser prática minoritária, mas sempre vinculada à lógica narrativa das origens históricas e, com frequência, na esteira de um discurso das formas eruditas e das elites. Nos Estados Unidos, onde a disciplina se desenvolveu com grande êxito, as raízes antropológicas da Arqueologia Histórica permitiram que se criassem narrativas críticas, ainda que prevaleça a lógica das nobres origens da nação. As tensões epistemológicas no interior da Arqueologia Histórica, nos Estados Unidos, refletem sua dupla face: por um lado, a suntuosidade material da civilização euro-americana forma a base de uma narrativa dominante conservadora e que justifica o domínio do mundo. Por outro lado, ao poder voltar-se sobre si mesma como se estudasse uma outra humanidade, à maneira da Antropologia, podem surgir os conflitos, as maiorias silenciadas, a materialidade da opressão e da resistência.

Neste contexto mais amplo, a Arqueologia Histórica brasileira não deixa de compartilhar das aporias e contradições inerentes a este campo de pesquisa. Na origem da Arqueologia Histórica no Brasil está o patrimônio, bem material de alto valor monetário e *eo ipso* símbolo da vitória da apropriação do trabalho alheio. Patrimônio é aquilo que poucos têm, é o cabedal a ser passado de pai para filho, de proprietário a proprietário, apanágio de poucos. Deste sentido jurídico de patrimônio deriva o uso cultural do termo. Trata-se, pois, de bens que

demonstram a proprietários e não proprietários seu devido lugar na ordem social. Também em nosso meio, pois, a disciplina surge como reforço material de narrativas hegemônicas, ainda que os discursos dominantes sejam diversos daqueles prevaletentes nos Estados Unidos ou na Europa. Para uns o individualismo capitalista da América, para outros a tradição aristocrática européia, enquanto no Brasil as narrativas dominantes fundam-se no patriarcalismo escravista. Nos Estados Unidos, a Arqueologia constrói ou desconstrói um individualismo capitalista, na cultura material quotidiana de capitalistas ou de trabalhadores, à porcelana de aparato se opõe a cerâmica dos operários, a grande arquitetura erudita à construção vernacular. Uns falam da grandeza dos antepassados, outros ressaltam as lutas dos humildes trabalhadores. Na Europa, ao culto à tradição aristocrática, opõe-se o quotidiano de camponeses e trabalhadores. No Brasil, não há individualismo capitalista nem tradição aristocrática que resistam à escravidão e à exclusão social de amplas maiorias, ademais heterogêneas ao extremo: de negros a indígenas, de pobres imigrantes a judeus errantes, de sertanejos a seringueiros.

As conseqüências epistemológicas dessas particularidades brasileiras não podem ser subestimadas. A ciência periférica caracteriza-se pela importação de discursos dos centros hegemônicos e, neste caso, como encontrar o individualismo burguês ou a tradição aristocrática, os camponeses ou os operários, tais como aparecem nos estudos da Inglaterra e da Nova Inglaterra? Os discurso dominante de elogio da tradição ou do individualismo burguês adapta-se mal aos trópicos, artificial quando aplicado a sociedade tão pouco burguesa ou aristocrática *sensu stricto*. O contra-discurso, por sua parte, não pode inventar, senão de forma caricata, a resistência pelo consumo capitalista, como se faz nos Estados Unidos, nem propugnar a criação de uma consciência de classe no quotidiano das lutas fabris e campone-

sas, como no Velho Mundo. Os sujeitos sociais fragmentados da Arqueologia Histórica no Brasil são mais ambivalentes e contraditórios, a começar de uma elite patriarcal predatória e truculenta, pouco instruída, infensa a qualquer liberdade: pouco aristocrática e em nada burguesa, a despeito do uso de porcelana e perfumes que, alhures seriam sinal de uma coisa ou de outra. Do outro lado, os sujeitos são heterogêneos por definição: indígenas, negros, mulatos, libertos, pobres, caboclos, sertanejos, num elencar sem fim de lutadores que não eram tampouco indivíduos como seus congêneres dos centros hegemônicos americanos e europeus. Não é por acaso que a Arqueologia Histórica engajada e pública volta-se, precisamente, para resgatar as vozes, os vestígios e os direitos de nativos, negros e de todos os outros excluídos das narrativas dominantes. Essas tendências, cada vez mais importantes no contexto mundial, tornam-se, da mesma forma, mais e mais conhecidas e praticadas no Brasil, inserindo nossa Arqueologia nas práticas internacionais.

REFERÊNCIA

Funari, P.P.A., Hall, M., Jones, S. (eds). 1999 *Historical Archaeology, Back from the edge*. Londres, Routledge, 1999.

A COLEÇÃO DE ÂNFORAS DO MAE-USP: VASOS E INSCRIÇÕES¹

Pedro Paulo A. Funari

Ânforas eram uma importante forma de comércio no mundo antigo. Eram usadas para o transporte de líquidos, normalmente vinho, azeite e salações. Eram usadas, em primeiro lugar, como recipientes de abastecimento e comércio a longa distância. As ânforas fornecem-nos evidência direta da movimentação de alimentos, algo importante tanto por razões econômicas e culturais. O estudo desses vasos torna-se mais fácil, também, pela existência de um grupo substancial de informação epigráfica, pois muitas ânforas possuíam inscrições incisas nas ânforas antes da cocção e/ou inscrições pintadas depois do cozimento (Peacock e Williams 1986: 2). Ânfora, em grego “um vaso para transporte com duas alças” (Funari 1987), foi usada, pela primeira vez, na Palestina, no século XV a.C. O vaso cananeu foi exportado para fora da região, logo alcançando a Grécia. A forma bicônica do vaso cananeu foi usado nos períodos minóico e micênico, mas a Grécia não adotaria a forma típica da ânfora até o século VII a.C. Ânforas de diferentes cidades desenvolveram formas próprias, o que permitia sua fácil identificação (cf. Funari 1985a.).

As alças das ânforas gregas eram, com freqüência, estampilhadas, referindo-se a fazendas produtoras, nomes de éforos e meses,

¹ Artigo publicado em inglês, MAE-USP amphora collecton: vessels and incriptions, *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 11, 2001, 275-282. Traduzido do original em inglês por Pedro Paulo A. Funari.

sendo certificados de capacidade, garantia de peso dos conteúdos para cobrança de impostos e para informação ao consumidor (Grace 1949). A evidência dos selos indica que as ânforas de Rodes e Cnidos foram exportadas desde essas cidades até colônias e assentamentos no Mediterrâneo. Cidades e comércio dos gregos na sul da Itália e na Sicília levaram ao desenvolvimento, em meados do IV século a.C., das chamadas ânforas greco-italicas (Will 1982). A pasta da maioria das ânforas costuma ser simples, com inclusões de minerais e pedras. Vasos grandes eram, em geral, construídos em partes, mas os pequenos eram feitos de uma só vez. Todas as ânforas precisavam ter suas bocas fechadas, sendo usuais os tampões vegetais ou de argila.

Os estudos anfóricos desenvolveram-se desde o século XIX mas, em grande escala, a partir da década de 1970 (Funari 1985b). As principais áreas de especialização são a classificação e tipologia, petrografia e epigrafia, de tipos específicos de ânforas. O estudo das ânforas tem sido importante para a interpretação econômica e social do mundo antigo, na medida em que as ânforas fornecem uma pletera de dados sobre a economia, sociedade, hábitos e cultura antigos. As ânforas dão informações únicas sobre temas como a movimentação de mercadorias e os hábitos culturais, relacionando-se à identidade cultural. Os estudos anfóricos contribuíram para um melhor conhecimento da economia do mundo antigo (Garlan 1986: 7), em particular, graças aos catálogos de olarias (Empereur e Picon 1986), de inscrições (Empereur 1982; Empereur e Guimier-Sorbets 1986; cf. Funari 1997: 85-86) e a outros esforços para publicar e estudar *corpora* (Funari 1994). Desta maneira, é possível tecer análises bem fundamentadas da sociedade antiga (Wellskopp 1998: 182).

O objetivo deste artigo consiste em fornecer um catálogo de ânforas e selos anfóricos no acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. O Museu possui em seu acervo duas ânforas greco-

itálicas, uma ânfora grega e cinco selos anfóricos, quatro de Rodes e um de Cnidos.

SELOS DE RODE SE CNIDOS

O vinho era uma importante mercadoria durante o período helênico (Grace 1961: 14) e os vinhos de Rodes e Cnidos eram exportados em quantidade, por serem baratos. Esses vinhos eram importados em muitos mercados, sendo de Cnidos 65% das mais de 40 mil selos de ânforas encontrados em Atenase ródias mais de 85% dos selos anfóricos de Alexandria. Em Delos, selos de Cnidos eram muito comuns (mais de 60%) e os de Rodes não eram poucos (mais de 20%). Alcançavam também os mercados da península itálica em quantidade. A maioria das ânforas não era estampilhada e é difícil saber a proporção de estampilhadas para não estampilhadas. Em geral, selos ródios e de Cnidos apresentam dois nomes, um que se refere ao proprietário e outro a um magistrado epônimo, datando a ânfora e o vinho. As ródias costumavam possuir dois selos, no topo de cada alça, com os seguintes dados: uma data dada pelo nome do magistrado epônimo (epi+nome no genitivo), nome do mês ródio (depois de 275 a.C.), outro nome no genitivo, que se refere, com probabilidade, ao produtor autorizado. O selo é circular, com o símbolo da cidade, uma rosa, com outras imagens também possíveis (Grace 1961: 12; Grace e Savvatiانو-Petropoulakou 1970: 279, 293; Van der Werff 1977: 34; Debidour 1979: 271). Selos de Cnidos levam o nome de um magistrado e de um produtor autorizado (Grace 1961: 12). Estampilhas de ambas as cidades mudam após 146 a.C., quando os romanos introduziram os nomes de dois funcionários controladores (Grace 1961: 20).

CATÁLOGO DE SELOS

1. *e....a*
daliou

Tamanho do selo: 5,0 x 1.8 cm.

Forma: retangular

Pasta: marron.

Data: depois de 275 a.C.

Número de tombo: MAE-USP 64/11.18, doado pelo governo italiano.

Área de produção: Rodes.

Local de achado: Itália.

Descrição do fragmento: alça de ânfora ródia. O diâmetro do lábio é de cerca 12,8 cm e o ângulo do selo em relação ao pescoço é de 21 graus (Fig.1).

A referência ao mês ródio *daliou*, no genitivo, indica que o selo foi produzido depois de 275 a.C., quando os meses foram introduzidos nas ânforas ródias.



Figura 1

2. *[a]ris[to]klaeus*

Segunda marca: P (1 x 1 cm)

Tamanho: 3,2 cm.

Forma: circular.

Pasta: cinza.

Data: início do segundo século a.C.

Número de tombo: MAE-USP 64/11.32, doado pelo governo italiano.

Área de produção: Rodes.

Local de achado: Itália.

Descrição do fragmento: alça de ânfora ródia. O diâmetro do lábio era de cerca 11,6 cm. E o ângulo em relação ao colo de 21 graus (Fig.2).

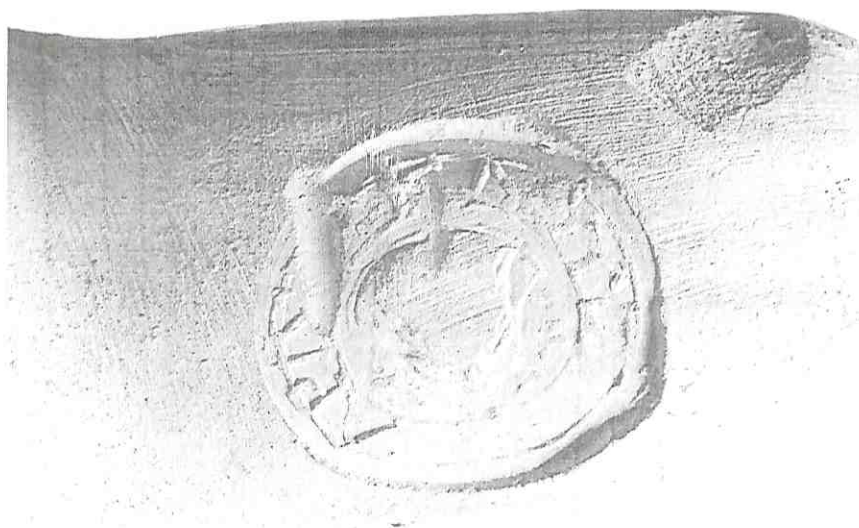


Figura 2

O selo refere-se ao produtor ródio Arístocles, ativo nos últimos cinquenta anos do domínio romano, o que permite datar o selo na primeira metade do século II a.C.

3. [s]o[kr]ateus

Tamanho: 3,4 cm.

Forma: circular.

Pasta: cinza, com superfície esbranquiçada, avermelhado no centro.

Data: entre 275-180 a.C.

Número de tombo: MAE-USP 75/1.41, doado por U.T.B. Meneses.

Área de produção: Rodes.

Local de achado: Delos.

Descrição do fragmento: alça ródia. O diâmetro do lábio era de cerca 13,4 cm. e o ângulo da alça em relação ao colo é de 15 graus (Fig. 3).

Conhecemos dois produtores ródios chamados Sócrates, um ativo entre 275 e 180 e outro entre 146 e fins do século primeiro. Considerando o ângulo da alça, propõe-se uma data mais antiga (Grace 1952: 530; Grace e Savvatianou-Patropoulakou 1970: 302).



Figura 3

4. *Epitpatrophan*

Panamou

Tamanho: 3,9 x 1,9 cm.

Forma: retangular.

Pasta: cinza, esbranquiçado na superfície, avermelhado ao centro.

Data: entre 220 e 180 a.C.

Número de tombo: MAE-USP 75/1.42, doado por U.T.B. Meneses.

Área de produção: Rodes.

Local de achado: Delos.

Descrição do fragmento: alça ródia, ângulo da alça em relação colo de 11 graus (Fig. 4).



Figura 4

Um produtor ródio de nome Pratophanes é bem conhecido entre 220-180 a.C. (Grace 1952: 529; Grace e Savvatianou-Petropoulakou 1970: 294).

5. *Agathinou*

Knidin

Ânfora

Tamanho: 5,6 x 1,6 cm.

Forma: retangular, com um desenho de ânfora de Cnidos.

Pasta: avermelhada.

Data: meados do século II a.C.

Número de tombo: MAE-USP 75/1.43, doado por U.T.B. Meneses.

Área de produção: Cnidos.

Local de achado: Delos.

Descrição do fragmento: alça de ânfora de Cnidos. O ângulo da alça em relação ao colo é de 10 graus (Fig.5).



Figura 5

O produtor Agathinos estava ativo antes e depois da intervenção romana de 146 a.C. (Grace 1952: 530; Grace e Savvatiadou-Patropoulakou 1970: 294).

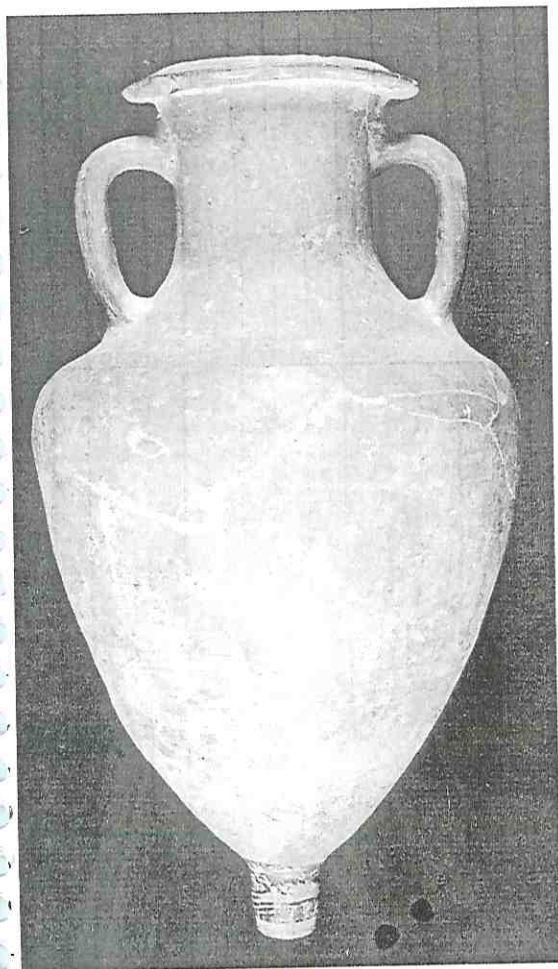
CATÁLOGO DE ÂNFORAS VINÁRIAS

1. Ânfora greco-italica

Tamanho: altura, 40 cm; diâmetro, 14 cm.; colo, 7 cm., diâmetro de 8,5 cm.; largura do corpo, 21 cm.

Forma do vaso: piriforme.

Pasta: cinza.



Data: 350-250 a.C.

Número de tombo: MAE-USP 64/9.5, doado pelo governo italiano.

Área de produção: Itália.

Local de achado: Castiglioncello (Livorno, Itália).

Descrição do vaso: lábio triangular, colo cilíndrico e ombro marcado, alças ovóides ligadas abaixo do lábio e no alto da pança, corpo piriforme, com ponta curta e maciça.

Figura 6.

2. Ânfora greco-italica

Tamanho: altura, 48 cm.; diâmetro, 12 cm.; alça, 12 cm., diâmetro, 8,4 cm., largura do corpo, 19,8 cm.

Forma do vaso: piriforme.

Pasta: marron.

Data: 350-250 a.C.

Número de tombo: MAE-USP 64/9.6, doado pelo governo italiano.

Área de produção: Itália.

Local de achado: Toscanella, tumba dos Velinii (Itália).

Descrição do vaso: lábio triangular, colo cilíndrico, ombro marcado, alças ovóides ligadas abaixo do lábio e ao alto da pança, corpo piriforme com ponta curta e maciça. (Fig. 7).

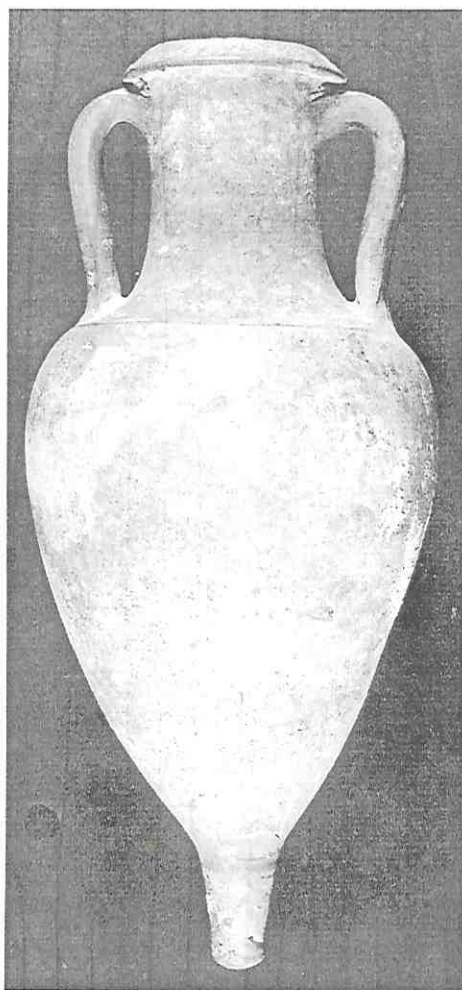


Figura 7.

Ânfora grega (fragmento)

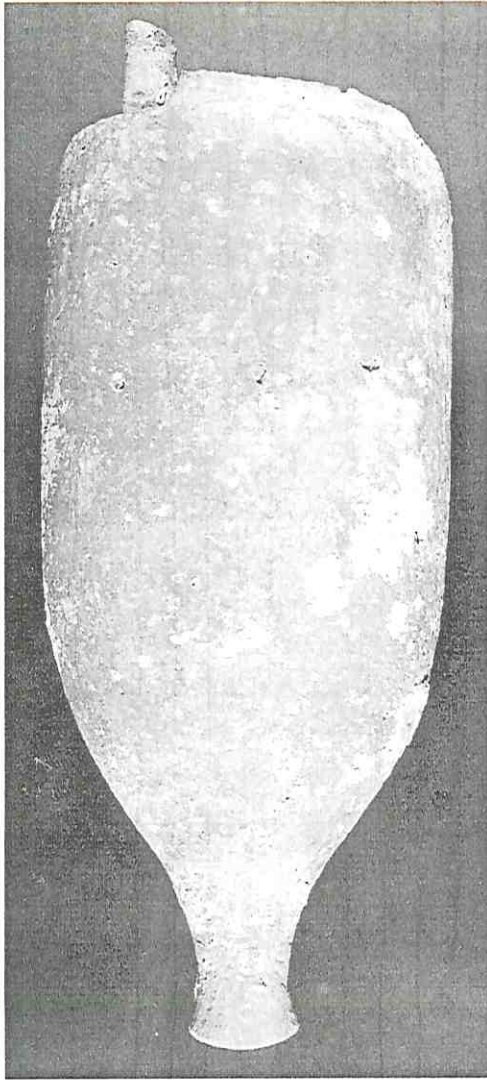


Figura 8.

Tamanho: altura, 69,5 cm; diâmetro do colo, 12 cm; altura da ponta, 10,5 cm.

Forma do vaso: corpo cilíndrico.

Pasta: avermelhada.

Data: séculos V-IV a.C.

Número de tombo: MAE-USP 64/11.3, doado pelo governo italiano.

Área de produção: Grécia.

Local de achado: Palermo, necrópole púnica (Itália).

Descrição do vaso: corpo cilíndrico com ombro arredondado e alças compridas, ponta curta (Fig. 8).

As ânforas greco-italicas também são conhecidas como Republicaine 1, Lamboglia 4 e Peacock e Williams classe 2 (Peacock e Williams 1986: 84-85; crítica do termo 'greco-italica' em Manacorda 1986). As ânforas greco-italicas são, a um só tempo, greco-helenísticas e romanas e são o resultado do encontro dos mundos romano e helenístico e da expansão dos mercados de produtos de consumo de massa. Os objetos comercializados tornaram-se estandardizados e as ânforas vinárias foram produzidas em várias partes do Mediterrâneo no período entre o fim do quarto século a.C. e meados do segundo século a.C. (Will 1982). As duas ânforas greco-italicas do MAE-USP representam dois padrões diversos, ambos incluídos entre os recipientes menores desse tipo de ânfora.

CONCLUSÕES

As poucas ânforas e estampilhas armazenadas no MAE-USP constituem uma pequena amostra do artefato arqueológico mais encontrado no Mediterrâneo. Os selos provêm de cidades gregas e são uma clara indicação da importância, durante o período helenístico tardio, do controle municipal da produção e comércio de vinho. Revelam a importância das instituições políades até a intervenção romana em 146 a.C. A ânfora de estilo grego em contexto púnico é uma indicação de que, a despeito das rivalidades, o comércio de vinho era, desde tempos antigos, fator de contatos culturais. As ânforas pan-mediterrâneas de tipo greco-italico representam uma nova fase no desenvolvimento do comércio e da manufatura, produzidas em muitas áreas no Mediterrâneo, com volumes estandardizados. Testemunham as mudanças econômicas, sociais e culturais no Mediterrâneo e, com sua materialidade, essas ânforas são evidências únicas da vida social no mundo antigo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos seguintes colegas: Jean-Yves Empereur, Haiganuch Sarian, J.A. Van der Werff, Elizabeth Lyding-Will, David Williams e Célia Marai Cristina de Martini. As idéias são minhas e sou o único responsável.

RESUMO: O Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo possui um acervo de cinco selos anfóricos e três ânforas. Após uma introdução geral, há um catálogo de selos (quatro de Rodes e um de Cnido) e de ânforas (duas greco-italicas e uma grega). O artigo conclui-se com um comentário sobre estas ânforas como evidência arqueológica.

UNITERMOS: Ânforas – selos – Rodes – Cnido – ânforas greco-italicas.

REFERÊNCIAS

DEBIDOUR, M.

1979 Reflexions sur les timbres amphoriques thasiens. *Thasiaca Suppl.* 5: 269-314.

EMPEREUR, J.-Y.

1982 Les anses d'amphores timbrées et les amphores: aspects quantitatifs. *Bulletin de Correspondence Hellenique* 106: 219-233.

EMPEREUR, J.-Y. AND GARLAN, Y.

1986 Une banque de données sur les vases conteneurs – amphores et la-gynoi – dans le monde grec et romain. J.-Y. Empereur and Y. Garlan (Eds.) *Recherches sur les amphores grecques*. De Boccard, Paris: 127-141.

EMPEREUR, J.-Y. AND PICON, M.

1986 A la recherche des fours d'amphores. J.-Y. Empereur and Y. Garlan (Eds.) *Recherches sur les amphores grecques*. De Boccard, Paris: 103-126.

FUNARI, P.P.A.

1985a *As transformações das ânforas oleárias béticas de tipo Dressel 20*. Universidade de São Paulo, master's thesis.

1985b A Anforologia – uma nova disciplina arqueológica. *Revista de História* 118: 161-170.

- 1987 Em torno da ânfora: a terminologia latina dos vasos recipientes. N. F. Pinto and J.L. Brandão (Eds.) *Cultura Clássica em Debate*. UFMG/CNPq/SBEC, Belo Horizonte: 51-61.
- 1994 L'huile et l'économie de la Bretagne romaine. P. Lévêque, J.A. Dabdab Trabulsi and S. Carvalho (Eds.) *Recherches Brésiliennes*. Belles Lettres, Bésnçon: 95-115.
- 1995 *Dressel 20 inscriptions from Britain and the consumption of Spanish olive oil, with a catalogue of stamps*. BAR, Oxford.
- GARLAN, Y.
1985 Introduction au colloque. J.-Y. Empereur and Y. Garlan (Eds.) *Recherches sur les amphores grecques*. De Boccard, Paris: 3-8.
- GRACE, V.
1949 Standard pottery containers of the ancient Greek world. *Hesperia Suppl.* 8: 175-189.
1952 Timbres amphoriques trouvés à Delos. *Bulletin de Correspondence Hélienique* 76: 514-540.
1961 *Amphorae and the Ancient Wine Trade*. American School of Classical Studies at Athens, Princeton.
- GRACE, V. AND SAVVATIANOU-PETROPOULAKOU, M.
1970 Les timbres amphoriques grecs. *Exploration archéologique de Délos* 27: 277-382.
- MANACORDA, D.
1986 A proposito delle cosiddette "greco-italiche": una breve nota. J.-Y. Empereur and Y. Garlan (Eds.) *Recherches sur les amphores grecques*. De Boccard, Paris: 581-586.
- PEACOCK, D.P.S.; WILLIAMS, D.F.
1986 *Amphorae and the Roman Economy, An Introductory Guide*. Longman, London.
- VAN DER WERFF, J.A.
1977 Rhodian amphora stamps. *Classical Antiquities in Utrecht*: 34.
- WELLKOPP, T.
1998 Die Sozialgeschichte der Vater, Grenzen und Perspektiven der historischen Sozialwissenschaft. *Geschichte und Gesellschaft* 24: 173-198.
- WILL, E.L.
1982 Greco-Italic amphoras. *Hesperia* 52: 338-356.

TRANSPOSIÇÃO DE IDENTIDADES: O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO BAIXO SÃO FRANCISCO

*Lúcio Menezes Ferreira*¹

“... O Anjo da História deve parecer assim. Ele tem o rosto voltado para o passado. Onde diante de nós aparece uma série de eventos, ele vê uma catástrofe única, que sem cessar acumula escombros sobre escombros, arremessando-os diante de seus pés. Ele bem que gostaria de poder parar, de acordar os mortos e de reconstruir o destruído. Mas uma tempestade sopra do Paraíso, aninhando-se em suas asas, e ela é tão forte que ele não consegue mais cerrá-las. Essa tempestade impele-o incessantemente para o futuro, ao qual ele dá as costas, enquanto o monte de escombros cresce ante ele até o céu. Aquilo que chamamos de Progresso é essa tempestade...”
(Walter Benjamin. 1991 [1940]: 159).

“... mas é preciso ser sutil pois justo na terra de ninguém sucumbe um velho paraíso sim, bem em cima do barril exato na zona de fronteira eu improviso o Brasil”
(João Bosco, Antônio Cícero, Waly Salomão.
Zona de Fronteira, In: João Bosco. *Zona de Fronteira*, 1991).

Este texto é, em boa medida, auto-biográfico. Provém de minhas experiências com algumas das instituições responsáveis pela Arqueologia do Baixo São Francisco. Ingressei nas pesquisas arqueológicas desta região, primeiro, entre 1992 e 1995, como estagiário do Programa de Pesquisas Arqueológicas de Xingó (PAX), coordenado pelo Departamento de Ciências Sociais (DCS) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), ocasião em que eu dispunha de uma bolsa de iniciação científica do CNPq; depois, entre 1996 e 1997, como pesquisador do

¹ Mestre e Doutorando em História pela Unicamp, bolsista da FAPESP.

PAX, contratado pelo DCS da UFS, para fazer, ao lado da Dra. Nívea Leite e do arqueólogo Henrique Alexandre Pussi, prospecções à jusante da Usina Hidroelétrica de Xingó, vasto percurso, 45 Km em cada margem, pontilhado por terraços espraiados até os limites da foz do grande Rio, no mar de Aracaju (SE), onde se forma um dos raros “deltas arqueados” do litoral brasileiro.

Assim, creio que poderei, aqui, dizer algo sobre o patrimônio arqueológico da região em suas relações com as comunidades ribeirinhas, ambos ameaçados, desta vez, pelo projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco. Em suma, dizer algo, para suscitar uma discussão de ordem mais geral, sobre a Arqueologia como ferramenta política para a forja de identidades sociais.

UM PROJETO MONÁRQUICO

O Projeto de Transposição do Rio São Francisco pretende mitigar ou solapar a seca do sertão nordestino. A intenção é a de canalizar as águas do Rio em direção a uma grande caixa d’água, que abasteceria, num amplexo gigante, cinco Estados: Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Paraíba e Pernambuco. Visa captar de onde se tem e levar-se para onde não se tem. A idéia central e o alcance do projeto, neste sentido, têm mais de cento e cinquenta anos, pois, entre 1852 e 1854, a pedido do Imperador D. Pedro II, o engenheiro Henrique Halfeld fez o primeiro estudo técnico sobre o assunto. As idéias de progresso para o sertão, contudo, não pararam por aí. Em 1859, durante sua passagem pelo Baixo São Francisco, no sertão da Bahia, D. Pedro II visitou a Cachoeira de Paulo Afonso. Seu ilustrado olhar de estadista viu o potencial hidroelétrico da cachoeira – cuja beleza, décadas depois, seria versificada por Castro Alves –, seu olhar de estadista, de *hommes de*

lettres, viu o sertão iluminado pelas luzes técnicas da civilização, a lâmpada elétrica, e ordenou um estudo para certificar-se da viabilidade de execução de seu largo descortino.

No tocante ao combate às secas e a vitalização do progresso dos sertões, o governo Imperial, por meio de seus intelectuais mais orgânicos, propôs outras estratégias. Assim, a Comissão Científica Brasileira (1859-1861), ao vasculhar os sertões do Ceará, coletaria, de acordo com Guilherme Söch Capanema, os materiais necessários, rochas e fósseis, para se escrever uma História Primitiva das formações geológicas do país, um *corpus* que orientaria a resolução da seca nos “desertos” do Nordeste (Capanema: 1856, 47). No mesmo passo, observações meteorológicas e investigações da física geral dos sertões teriam por objetivo, conforme sugeriu Cândido Batista de Oliveira, encaminhar benfeitorias nas províncias visitadas – estudos geográficos para planificar as comunicações entre os centros produtores das províncias e os portos do litoral, sondagens para a abertura de poços artesianos no “Saara” brasileiro (Batista de Oliveira: 1856, 65).

É que o Governo Imperial, por meio dos saberes científicos, firmava uma geoestratégia: à Ciência caberia interiorizar a civilização e civilizar as populações do país; com o seu conjunto de técnicas, a Ciência propulsaria as molas de uma Economia Política, promoveria a exploração, a par e passo, dos recursos naturais, dos meios de produção e das forças produtivas dos ínvios sertões, a colonização de seus territórios e a dominação de suas populações. O patrimônio arqueológico “brasileiro”, nesta linha geoestratégica, foi utilizado, pelas instituições baluartes da prática científica Imperial, o IHGB e o Museu Nacional, com um duplo propósito. Primeiro, os vestígios arqueológicos indígenas, depositários de signos de primitividade ou de civilização, eram observados em seu potencial para compor uma genealogia da Nação, uma identidade nacional coroada, se possível, por culturas

indígenas elaboradas; segundo, aqueles mesmos vestígios desenhariam as fronteiras nacionais com a materialidade tangível de seus testemunhos, dariam conteúdo manifesto à abstrata idéia de Brasil, margeariam seus contornos geopolíticos com marcadores científicos, seriam Cetros e Coroas arcaicas a fixar, na dispersão do tempo e do espaço, a ancianidade da ocupação do continente brasileiro. Adicionando-se a este duplo propósito, a pesquisa arqueológica era uma forma de legitimar uma política indigenista – avaliar os graus de civilização ou primitividade dos grupos indígenas permitiria a seleção dos mais aptos para o trabalho, para arregimentar-se a mão-de-obra que germinaria a interiorização da civilização². Resolvamos a seca e iluminemos os “desertos” nordestinos, construamos uma identidade cartográfica e social para a Nação, sujeitemos as populações indígenas ao ritmo do progresso Imperial.

O Brasil contemporâneo, por sua vez, conheceu outros projetos para “interiorizar a civilização” nos sertões nordestinos. Mudando seus termos políticos de fundo, de civilização para modernidade, tais projetos guardam uma grande diferença em relação àqueles pensados durante o Império: o lugar ínfimo reservado à Arqueologia, a estreiteza dos objetivos dos programas arqueológicos acolchetados a esses projetos de modernização dos sertões. Na esteira dos projetos de um passado recente, a idéia de transposição das águas do Rio São Francisco poderá fazer a História se repetir como farsa e como tragédia. Pelo menos no Brasil, a História, de fato, costuma ser enfadonha – ela tem o mau gosto do pastiche, ela confunde gêneros, ela mistura farsa e tragédia numa grande paródia onde desfilam, sobre escombros recém acumulados, os descasos com as populações e o Patrimônio que as rodeia.

² Essas proposições gerais sobre a Arqueologia Imperial podem ser acompanhadas em Ferreira (1999; 2001a; 2001b; 2002).

IDENTIDADES PERDIDAS

Não se trata de querer, claro está, que o sonho de Ícaro de D. Pedro II seja vivificado em sua inteireza. A questão não é a de reavivar o projeto de Transposição do Rio São Francisco e, concomitantemente, no curso de canalização das águas, dar vazão a uma geoestratégia, onde a pesquisa arqueológica transcorreria no leito da dominação das populações indígenas e desembocaria na foz de um *ethos* nacional. O problema não é o de se reanimar projetos megalomaníacos, não é o caso de se erigir pirâmides sobre os alicerces do atual patrimônio das comunidades ribeirinhas. Isto seria repetir, com variações, os erros do passado – isto seria parodiar recentes projetos realizados à sombra do Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF).

As pesquisas arqueológicas concretizadas pelo PAX ilustram bem esses erros. O PAX nasceu em 1988, como resultado da construção da Usina Hidroelétrica de Xingó, e dos esforços do DCS da UFS. Por exigência da Resolução 001 do Conama, assinada em 23/2/1986, qualquer obra de engenharia que degrade o meio-ambiente e o patrimônio arqueológico deve ser precedida por pesquisas científicas, corporificadas em Relatórios de Avaliação de Impacto Ambiental (RIMA)³. Os sítios arqueológicos, assim, devem ser devidamente pesquisados, afim de que se recuperar o patrimônio arqueológico da região a ser descaracterizada. A CHESF, neste sentido, em 1988, firmou um convênio com a UFS, por meio do qual pesquisas de salvamento arqueológico seriam efetuadas pela equipe de arqueólogos recém formada pelo DCS da UFS.

³ A evolução da legislação brasileira sobre a proteção de sítios arqueológicos pode ser acompanhada em Caldarelli (1999-2000: 54-56).

Desde 1988, quando se iniciaram as pesquisas financiadas pelo convênio, até junho de 1994, ano em que se deu o enchimento do reservatório da Usina, definiu-se e mapeou-se um universo de setenta e três sítios arqueológicos, quinze de Arte rupestre e cinquenta e oito a céu aberto, a serem trabalhados à montante do Baixo São Francisco, entre os Estados da Bahia, Alagoas e Sergipe. Até aqui, contudo, não se tem uma interpretação arqueológica sobre os grupos sociais que ali viveram. Somente alguns resumos resultantes de participação em Congressos (Vergne: 1991), e os *Cadernos de Arqueologia*, publicação financiada pelos patrocinadores do PAX. Os *Cadernos*, que, até o momento, não tiveram a regularidade própria de uma revista científica, publicaram, na maioria dos casos, relatórios de consultorias técnicas (Jerônimo e Cisneiros: 1997; Palmeira: 1997; Luna e Nascimento: 1997; Dominguez e Brichta: 1997; Fogaça: 1997). Precedidos por uma pequena crônica das pesquisas arqueológicas realizadas pelo Pax (Vergne; Nascimento; Martins: 1997), os relatórios tecem exercícios taxionômicos e estatísticos, quadros, tabelas e gráficos, numa palavra, análises preliminares de pequenas amostras dos vestígios arqueológicos recuperados nas escavações e sondagens. Um único artigo, porém, se aventura a estabelecer algumas hipóteses sobre o povoamento da região, fundadas em observações geológicas, literatura arqueológica e etnográfica (Ab'Saber: 1997).

Malgrado a inegável qualidade dos relatórios de consultoria publicados pelos *Cadernos*, mais de uma década de pesquisa, contudo, não foi suficiente para estabelecer dados empíricos devidamente sistematizados. Não espanta, portanto, a ausência de qualquer interpretação sobre os grupos pré-históricos que habitaram os terraços do Baixo São Francisco. Na verdade, parte do material arqueológico recuperado, infelizmente, não se presta a futuras interpretações. A catalogação dos vestígios, feitas em galpões da CHESF, e não, como se esperaria,

num laboratório adequadamente equipado, revelou a pouca fiabilidade da documentação⁴. Houve não só o desaparecimento de vestígios, mas também, muitas vezes, as etiquetas acopladas aos materiais se achavam rasuradas, ininteligíveis, sem as datas de preenchimento e, o que é pior, sem indicação completa de proveniência – quadra, nível ou setor do sítio. Noutros casos, houve um descompasso entre as descrições contidas na etiqueta-mestra (mantida junto ao material arqueológico) e o seu respectivo canhoto (mantido em arquivo no “laboratório”), isto é, as etiquetas que acompanhavam as peças arqueológicas as descreviam como pertencentes a um nível e setor do sítio, enquanto os canhotos, paradoxalmente, registravam, para as mesmas peças, um outro nível e setor, completamente diferenciados. Se toda escavação voluntariamente destrói os sítios arqueológicos para fabricar o passado, as realizadas à montante do Baixo São Francisco destruiu voluntariamente para, involuntariamente, fabricar documentos apócrifos.

E os próprios trabalhos de escavação e sondagem tiveram uma orientação técnica questionável. Em primeiro lugar, vários terraços prospectados, cujas superfícies demonstraram uma alta incidência de vestígios, locais, portanto, de grande potencial arqueológico, simplesmente não foram sondados, ou sequer considerados como sítios arqueológicos. Tome-se, por exemplo, o sítio que havia à margem direita do Riacho Talhado (AL), um pequeno abrigo sob rocha, localmente chamado de Toca do Pescador, em cujas proximidades coletaram-se quatro fragmentos cerâmicos de espessuras variando entre 3 mm e 5 mm, além de 28 peças líticas – 16 núcleos, 10 lascas e 2 fragmentos de lascas de quartzo, quartzito e arenito. Os núcleos e lascas do abrigo eram particularmente grandes e robustos, em contraponto ao verificado em outros

⁴ As análises que se seguem se fundam em minhas observações pessoais e nos seguintes documentos do PAX: (Leite: 1992; 1996a; 1996b); (Leite; Silva; Nascimento: 1996; 1997); (Guidon: 1994); (Prous e Neves: 1996); (Silva: 1996).

sítios da região. Um local, pois, instigante, porquanto ofereceria questionamentos sobre as especificidades tecnológicas dos diferentes assentamentos pré-históricos do Baixo São Francisco. Em segundo lugar, terraços bastante promissores, conquanto tenham sido parcialmente sondados, não foram escavados. O terraço Melancia, por exemplo, que se situava, antes do enchimento do reservatório da UHE de Xingó, nas adjacências dos riachos Mirador e Poço Verde (SE), apresentou, numa extensão de 4 Km, fartos materiais arqueológicos distribuídos em vinte e seis concentrações. Considerando-se a amplitude do terraço e tais concentrações, escavações poderiam ter sido realizadas, para que se tivesse uma visão mais abrangente da ocupação humana ali ocorrida. Entretanto, em todo o terraço Melancia só foram sondados cinco locais. O suficiente para decidir-se por não escavá-lo.

Optou-se por escavar sistematicamente, na verdade, o sítio Justino, assentamento que revelou muitos enterramentos, mais especificamente, um total de 163 esqueletos com os seus respectivos adendos funerários. Tal terraço foi classificado, ao lado do sítio São José, que também apresentou enterramentos, como sítio *cemitério* e *habitação* (Vergne e Martins: 1997, 30-31), em contraposição aos outros sítios sondados, definidos como acampamento e habitação (Vergne e Martins: 1997, 3-22; 22-30). A justificativa conceitual para esta classificação, se assim podemos chamá-la, lastrou-se no fato de que alguns sítios teriam revelado, a partir das sondagens, ocupação humana prolongada, no caso dos sítios de habitação, ocupação esporádica, no que se refere aos sítios acampamento, e, finalmente, no que tange aos sítios habitação e cemitério, ocupação prolongada acompanhada por um grande número de enterramentos. Ora, sabe-se bem que muitos grupos indígenas, no Brasil, não faziam diferenciação funcional entre os espaços de habitação e enterramento; enterrar o falecido no chão em que se habitava, em algumas culturas, era, possivelmente, uma forma de

aliança simbólica para além da morte, um modo que os vivos encontraram para manter, com os mortos, indissolúveis os laços de “socialidade” e parentesco. Algo que, no Brasil, se conhece, em literatura arqueológica, desde 1865, quando o Conde de La Hure escavou os sambaquis de Santa Catarina (La Hure: 1865). Não se justifica, portanto, conceituar-se como habitação e cemitério os sítios Justino e São José, seja de uma perspectiva etnológica, seja comparando-os com as sondagens efetuadas nos outros sítios.

Os métodos e técnicas para escavação e sondagens, de acordo com um dos volumes dos *Cadernos de Arqueologia*, se embasaram em duas escolas – a inglesa, do Sir Mortimer Wheeler, lídimo representante da Arqueologia colonialista, e a francesa, encabeçada por Leroi-Gourhan (Vergne; Nascimento; Martins: 1997, 8-9). Seguindo-se essa linha, tratar-se-ia de combinar a leitura das estratigrafias verticais, através da escavação por quadrículas (Wheeler: 1961), com a leitura horizontal, de orientação estruturalista, observando-se a distribuição dos vestígios arqueológicos nos diferentes solos de ocupação do sítio (Leroi-Gourhan: 1976)⁵. Numa palavra, a pretensão seria a de postar-se no caminho de preocupações que datam do final do século XIX, isto é, entender a História de um sítio escavado por meio do

⁵ Neste ponto, é preciso um breve esclarecimento para o leitor não arqueólogo: as estratigrafias naturais, ou geológicas, são a ordem de deposição vertical de diversos sedimentos num sítio. Os terrenos estudados pelos arqueólogos, em se tratando, claro está, de Arqueologia Pré-Histórica, são depósitos sedimentares ou vulcânicos, geologicamente recentes. A ordem de superposição das camadas geológicas fornece ao arqueólogo uma cronologia relativa, pois se supõe que as camadas mais recentes são as superiores, e as inferiores, por sua vez, menos recentes. A estratigrafia arqueológica, por seu turno, possui uma ordem de deposição horizontal de vestígios de natureza antrópica, espalhados nas diferentes superfícies dos sítios. Cada solo arqueológico encontra-se separado por camadas limitadas. O arqueólogo, assim, deve atentar para a relação entre as estratigrafias geológicas e os solos arqueológicos, que correspondem a diferentes momentos de ocupação humana.

exame dos estratos do depósito arqueológico, fazendo-se analogias entre as estratificações geológica e arqueológica (Trigger: 1990, 94-96; Daniel: 1950, 29-54). Porém, a rigor, não se procedeu assim.

As sondagens e escavações de um local determinado começavam com o que foi chamado de *limpeza*, isto é, a retirada de 10 ou 15 cm dos sedimentos de superfície. Faziam-se, num segundo momento, decapagens artificiais, de 10 em 10 cm, conforme se verificou nos sítios Justino e São José, e de 20 em 20 cm, nas sondagens dos outros sítios. Chamou-se tais decapagens de *fases*, o que, neste caso, não corresponde a um episódio de ocupação do sítio, mas simplesmente a uma retirada de sedimentos com espessura estratigráfica pré-determinada. Assim, no sítio Justino, os materiais arqueológicos eram recolhidos, se estivessem na “fase 3”, na profundidade de 40 cm; em outros sítios sondados a profundidade desta mesma “fase” correspondia a 70 ou 75 cm; de outro lado, se os materiais pertencessem a “fase 13” do sítio Justino, eram retirados numa profundidade de 1, 40 m, e nos outros locais sondados, por seu turno, numa profundidade de 2, 70 m ou 2, 75 m. Não obstante essa assimetria, resolveu-se comparar todos os materiais arqueológicos das “fases 3 e 13” de todos os sítios sondados com estas mesmas “fases” do sítio Justino. Sob a alegação metodológica de que, para o sítio Justino, havia datações para as “fases 3 e 13”⁶.

A constatação a ser feita sobre essas técnicas de escavações e sondagens é bastante óbvia. Os princípios metodológicos de Wheeler e Leroi-Gourhan não nortearam, absolutamente, as pesquisas à montante do Baixo São Francisco, ao contrário do que se afirmou nos *Cadernos*. Por outra, não se realizou, conquanto se pudesse tê-lo feito

⁶ Os testes radiocarbônicos, feitos pelo Laboratório de Lyon, na França, pela Universidade Federal da Bahia e pelo Beta Analytic Inc. University Branch, Miami Flórida, estabeleceram datações que vão desde 1280 BP, para a “fase 3”, 3280 BP, para a “fase 13”, até 8950 BP, a 4,10 m de profundidade.

escavações por níveis naturais, escavações estratigráficas à maneira de Wheeler, que permitiriam uma melhor visualização empírica, desta feita à maneira de Leroi-Gourhan, dos solos arqueológicos, das unidades sociológicas criadas pela ação humana e deposição da cultural material em diferentes fatias do sítio. Assim, pode dizer-se que as sondagens e escavações não foram suficientes para estabelecer a função sociológica dos diferentes assentamentos humanos. Não se pode saber, a partir delas, se os locais serviram às ocupações permanentes ou temporárias. Como se poderia sabê-lo se, com efeito, esqueceu-se, entre uma decapagem e outra, o viés estruturalista de Leroi-Gourhan, se, noutros termos, as sondagens e escavações não perscrutaram as variações dos solos arqueológicos, se não se detiveram nos possíveis diferentes contextos de ocupação dos sítios? Eles são sítios habitação, mas em qual “fase” de ocupação? Eles são meros acampamentos sazonais, mas em qual nível do solo arqueológico, na “fase 3” ou na “fase 13”? Entre os 75 cm de profundidade e os 2, 70 m, em solos de ocupação diversos, portanto, se tem um mesmo grupo social habitando um sítio? O que se encontra nestes terraços é “uma mesma cultura”, não há variações estilísticas e tecnológicas na cultura material, na forma de organização do espaço, no funcionamento e nas estruturas sociais? Infelizmente, as sondagens não foram orientadas para responder a estas indagações. E o que se pretendia ao comparar-se as “fases 3 e 13” de todos os sítios sondados com aquelas mesmas fases do sítio Justino? Ora, se as “fases” correspondiam a diferentes solos de ocupação, isto é, a níveis diversos de profundidade arqueológica, a que tipo de conclusão chegar-se-ia? Tal comparação só teria sentido se se houvesse verificado empiricamente, para todos os sítios, correlações crono-estratigráficas e dos solos arqueológicos.

Na verdade, as pesquisas à montante da UHE de Xingó desprezaram algumas das premissas básicas da Arqueologia Pré-Histórica

contemporânea, que foram enunciadas, a partir dos anos 1950, pela obra de Gordon R. Willey (Trigger: 1990, 302-312; Fagan: 1970, 209). Refiro-me ao conceito de padrão de assentamento, por meio do qual se pode apreender, a despeito do substrato normativo e histórico-culturalista que alimenta as proposições de Willey, os diferentes contextos arqueológicos de uma região, as redes de posicionamento de sítios. Trata-se, neste passo, de perceber-se as relações dos assentamentos entre si e entre a paisagem, de analisar-se a adaptação tecnológica e cultural de grupos sociais ao meio ambiente, de examinar-se os modos de organização social e sua capacidade de explorar o território e os recursos naturais. Por outra, trata-se, talvez se possa assim conceituá-la, de uma Arqueologia do espaço, de um estudo das estratégias sociais de ocupação de territórios, do exame de como os grupos sociais, ao modelarem seus padrões de assentamento, promovem não somente uma representação do espaço (para falar como Lefebvre, 1991), mas uma produção material que o planifica com o fito de melhor administrá-lo em suas potencialidades⁷. De outro lado, as escavações e sondagens à montante da UHE de Xingó careceram de pesquisas prévias sobre a História Indígena da região. O que obstou que se colocassem problemas de pesquisa propriamente historiográficos, pautando-se as escavações e sondagens dos sítios arqueológicos pelas linhas da escrita de uma História Indígena, observando-os num recorte contextual mais abrangente, marcado pelos processos de mudança que caracterizaram, desde a Pré-História, os assentamentos indígenas na região. Por outra, se as pesquisas em Xingó não testaram hipóteses consistentes derivadas de uma Arqueologia do espaço, seguindo-se

⁷ O que estou chamando de Arqueologia do espaço, isto é, o estudo sobre a produção material e política da paisagem, configura-se como um dos objetos das pesquisas arqueológicas contemporâneas. Cf.: Leveau (2000); Acuto (1999); Zarankin (1999); Orser (1999); Larazzi (1999); Mrozowski (1999); Williamson (1999).

nesta vereda, os traços de uma paleoetnografia dos registros arqueológicos e da distribuição dos assentamentos na paisagem, tampouco se ativeram a uma perspectiva diacrônica ancorada em categorias étnicas e lingüísticas referendadas por documentos e obras historiográficas⁸.

Tais sítios arqueológicos, agora, estão submersos nas águas do reservatório da UHE de Xingó. Perdeu-se, assim, uma boa oportunidade para se interpretar a História dos assentamentos humanos na região com base em linhas de pesquisa claramente formuladas. Perdeu-se, pois, uma boa oportunidade para se entender os fluxos históricos de construção das identidades sociais e culturais de parte da região do Baixo São Francisco, com todas as suas correntes e contracorrentes, fertilizações cruzadas e partilhas. As pesquisas à montante da UHE de Xingó, com efeito, nunca objetivaram reescrever a História para reescrever os significados tradicionalmente atribuídos às etnicidades da região. Tanto é assim que, a partir de 1994, sem o beneplácito de qualquer setor da UFS, sem a mínima participação das comunidades ribeirinhas e dos Xocó, indígenas que ainda habitam a região, mais especificamente a Ilha de São Pedro, o DMA da CHESF, juntamente com a coordenadora técnica do PAX, resolveram montar um “Ecomuseu” nas dependências do Xingó Parque Hotel, na cidade de Canindé do São Francisco (SE). Armazenou-se, numa das salas do Hotel, algumas peças arqueológicas provenientes da escavação do sítio Justino. Mas não havia, ali, nada que lembrasse, nem remotamente, um Ecomuseu. No máximo, poder-se-ia chamar o espaço de sala de exposição permanente. Simplesmente escolheram parte da cultura material evidenciada no sítio Justino, ou melhor, os vestígios com maior enle-

⁸ Para a Arqueologia amazônica, já temos propostas metodológicas rigorosas, que propugnam problemas de pesquisa nos termos de escrita da História Indígena, alicerçada mais no presente etnográfico e em categorias lingüísticas e históricas, e menos nos termos de uma paleoetnografia dos registros arqueológicos. Cf. (Neves: 1999).

vo estético, e os expuseram na seqüência artefato por artefato, sem uma linha estrutural e menos ainda versando sobre os assentamentos humanos da região. Na exposição, os artefatos falavam por si só, isto é, os objetos estavam dissociados de seu contexto. Não se fazia menção a quem os fabricou, o que contradizia a própria denominação pomposa do “Ecomuseu”: *Reconstituição da História da Ocupação Humana no Baixo São Francisco*. Ademais, as fotos que explicavam a escavação do sítio Justino estavam distantes, sem elos de ligação; os textos dos painéis, por sua vez, que deveriam ser claros e objetivos, apresentavam linguagem técnica, estando suas referências bibliográficas incompletas. Por fim, a sala de exposição localizava-se sobre a caixa d’água do Hotel, o que não representava, desnecessário dizê-lo, condições ambientais adequadas para a preservação dos vestígios, sobretudo aqueles constituídos por materiais orgânicos – esqueletos e adornos ósseos.

Tudo para inglês ver.

Mas o “Ecomuseu”, hoje, está desativado.

OLHAR O PRESENTE, ARTICULAR O FUTURO

Se, durante o período Monárquico, a Arqueologia serviu a uma geoestratégia, a Arqueologia brasileira contemporânea, pelo menos aquela realizada à montante da UHE de Xingó, integrou um projeto de modernização dos sertões que relegou as necessidades, anseios e ação participativa das populações ribeirinhas. Evidencia-se isso na instalação do “Ecomuseu”, pois, ao montá-lo, excluiu-se a população local como parte constituinte da “Reconstituição da História da Ocupação Humana no Baixo São Francisco”. Evidencia-se, ainda, no fato de que os Xocó, em mais de uma década de pesquisas à montante da barra-

gem de Xingó, nunca foram procurados, nem por interesse etnoarqueológico. Eles, porém, ainda estão lá, na Ilha de São Pedro, conforme pude vê-los, no ano de 1997, confeccionando suas cerâmicas para vendê-las nas cidades de Piranhas (AL) e Pão de Açúcar (AL)⁹. Reclamavam eles, à época em que os vi, da “falta de barro bom” para a produção das cerâmicas, como os que outrora havia, antes da construção das barragens erigidas ao longo do Rio São Francisco. Enfrentavam, em suma, várias dificuldades, as mesmas que cerceavam e cerceiam a população ribeirinha, os sertanejos, propalados como “antes de tudo fortes”, que sobrevivem da pesca, dos produtos do Rio São Francisco.

É que a construção das barragens não previu que ajudaria a tornar o Baixo São Francisco, nas palavras de um dos pescadores da região, senhor setuagenário, que conheci durante os trabalhos de prospecção à jusante da barragem da Hidroelétrica de Xingó, “num grande lago”. Por outra, este senhor queria dizer que não mais se pesca no Rio São Francisco como se pescava “antigamente”, “quando ele era ainda moço”, tendo diminuído sensivelmente, portanto, a quantidade de peixes, em função da descaracterização que as obras de engenharia hidroelétrica impingiram, como há pouco tempo se dizia, ao Rio da “integração nacional”. As sucessivas intervenções no curso e na morfologia do Rio São Francisco para se instalar um conjunto de hidroelétricas (Paulo Afonso, Sobradinho, Itaparica, Xingó) causaram, não se pode negá-lo, impactos ambientais e, conseqüentemente, nos modelos de sobrevivência das populações ribeirinhas.

O Projeto de Transposição do Rio São Francisco, pois, deve avaliar seriamente em que medida uma nova descaracterização ambi-

⁹ Esta visita foi feita no âmbito das atividades do Projeto Arqueológico à Jusante da UHE de Xingó. Todas as informações sobre este projeto, apresentadas a seguir, foram retiradas dos seguintes documentos do PAX: (Ferreira e Pussi: 1997; Ferreira; Leite; Pussi: 1996).

ental prejudicaria ainda mais as populações ribeirinhas do Baixo São Francisco. Se executado, o Projeto não deve fazer a História repetir-se como uma “nova” farsa, uma “nova” tragédia para as populações que vivem da pesca e do “barro bom”. Há que se avaliar, também, em qual extensão o Projeto de Transposição danificaria o patrimônio arqueológico do Baixo São Francisco. Se executado, o Projeto não deve simplesmente arruinar sítios arqueológicos para “aniquilar” a seca dos sertões, nem tampouco programar trabalhos de salvamento arqueológico que sejam uma paródia das pesquisas já feitas na região.

Ora, se o Projeto visa levar água aos sertões, o que significa, também, incrementar o desenvolvimento econômico das regiões periodicamente flageladas pela seca, pode-se contar, pelo menos no que tange ao Baixo São Francisco, com os recursos das pesquisas arqueológicas. O projeto à jusante da Barragem de Xingó revelou, pelo menos até enquanto eu ali trabalhei, uma rede de 27 sítios arqueológicos com muito potencial para, no futuro, serem explorados do ponto de vista turístico. A região oferece não somente uma paisagem deslumbrante, com o Rio São Francisco cortando um *canyon* cuja altura, em alguns de seus trechos, chega a mais de 100 metros, mas também uma série de sítios e cidades históricas. Na região tem-se não somente a Gruta de Angicos, onde Lampião, em 1938, foi morto, mas também a cidade de Piranhas (AL), quilômetro zero da Estrada de Ferro Paulo Afonso (BA), malha ferroviária que começou a ser construída em 1879. A partir de 1881, a estrada de ferro foi aberta ao tráfego, com a intenção de ligar comercialmente e socialmente as regiões do Baixo e do Alto São Francisco e, assim, atender às populações maltratadas pela seca que assolava o alto sertão da Bahia, Pernambuco e Ceará. A estrada de ferro, contudo, foi desativada pelo Ministério da União de Obras Públicas, depois do Golpe Militar, em 1964. Todas essas informações podem ser conferidas no projeto de *Reabilitação da Estação Ferroviária de Piranhas e Reim-*

plantação da Via Férrea – Trecho Piranhas-UHE de Xingó, formulado em 1996, e que, hoje, está arquivado.

Essas informações nos mostram que, com efeito, há soluções outras para enfrentar-se os problemas econômicos decorrentes dos períodos de seca. Se se quer revitalizar projetos monárquicos, como já se fez com a Hidroelétrica de Paulo Afonso e se pretende, agora, com a Transposição das águas do Rio São Francisco, por que não retirar da poeira dos arquivos o Projeto de Reimplantação da Via Férrea e, assim, soar pelo ares da caatinga, mais uma vez, o apito da Maria Fumaça de D. Pedro II? Tanto mais que, num terraço de Canindé do São Francisco (SE), cidade situada à frente de Piranhas, na margem sergipana do Rio, há um sítio histórico, ruínas de um quartel dos anos 1930 que, posteriormente, foi transformado num armazém de cereais. Há ali, também, escombros e alicerces de outros estabelecimentos comerciais e casas de residência, em uma área total de 3.390, 90 metros quadrados. A área serviu, também, como um porto, de onde eram transportados os passageiros de Canindé de São Francisco e de outros povoados para Piranhas (AL), cidade que, então, era um pólo cultural e econômico – as escolas da cidade eram freqüentadas por estudantes de toda a região, e em sua feira eram comercializados os produtos que escoavam pela Estrada de Ferro Paulo Afonso (BA).

Seria possível, pois, escavar-se este sítio para, no futuro, transformá-lo num museu, local de visitação pública e turística. Os turistas que acorrem à região, em busca de suas belezas naturais, dos banhos e pescas no Rio São Francisco, teriam mais atrações culturais, passeios de trem pelas encostas graníticas do *canyon*, pela Gruta de Angicos e pelos museus da cidade¹⁰. Assim, o turismo, na região, transformar-se-ia numa troca de experiências entre os visitantes e a população local,

¹⁰ Uma das dependências da desativada Estação de Piranhas já conta com uma exposição permanente de fotografias e da cultura material ligadas à História do Cangaço.

entre a bagagem histórica dos visitantes e as historicidades locais; seria uma forma de exercício de cidadania, pois, deslocando-se para a região, os turistas não somente se bronzeariam e se fartariam de pitus e dourados, mas também teriam ensejo para refletir e valorizar a riqueza da diversidade cultural brasileira.

E as propostas turísticas para o Baixo São Francisco, ato contínuo, não se encerrariam na reimplantação da Estrada de Ferro e na construção de museus referentes à História recente de Piranhas e Canindé do São Francisco. Ora, os sítios arqueológicos à jusante da Hidroelétrica de Xingó oferecem a oportunidade para a criação de um verdadeiro Ecomuseu, instaurado na interação entre território, patrimônio e comunidade. A maioria dos sítios arqueológicos prospectados apresentou uma associação de áreas com vestígios pré-históricos e históricos, além de sítios com características exclusivamente pré-históricas. Tais sítios poderiam ser transformados, pelo menos em alguns casos, em museus de sítios, onde cenários da ocupação humana poderiam ser montados nos locais de escavação. Considerando-se que mais de um terço da população brasileira possui alguma ascendência ameríndia e nossa língua, costumes e alimentos estão impregnados de elementos indígenas, um Ecomuseu no Baixo São Francisco, acompanhado por sítios museus proporcionariam aos turistas e à população local, além do aprendizado do fazer arqueológico, ocasião para refletir-se sobre a História Regional e a pluralidade cultural que compõe nossa identidade nacional.

Dito de outro modo, a região do Baixo São Francisco, privilegiada por uma rica História regional, plasmada com representações do cangaço e do messianismo, ambientada pela caatinga e banhada pelas águas do São Francisco, tem um potencial de atração para o turista que não pode ser ignorado. Um Ecomuseu, ao lado de museus de sítio e da reativação da Ferrovia de Paulo Afonso, potencializariam a inclinação da região para o turismo. O que promoveria não somente capita-

econômico, mas também capital simbólico. Afinal, pensando-se bem, as imagens que guardamos do sertão, ou, para seguirmos as proposições de Albuquerque Júnior (2000), do Nordeste brasileiro como um todo, estão estampadas em signos e símbolos continuamente reiterados e reificados – a caatinga, o cangaço e o messianismo. Um Ecomuseu e museus de sítios, pois, mostrariam que os sertões são muito mais do que o cangaço, o messianismo e a caatinga, que sua História é mais plural do que se possa, a princípio, conceber. Mostrariam e nos capacitariam, juntamente com a população local, a repensarmos o nosso presente, a remodelarmos os fundamentos simbólicos de nossas tão decantadas identidades regional e nacional.

Ora, as teorias arqueológicas serviram e servem à dominação social e à criação do Outro (Hodder: 1992, 3), impulsionaram e impulsionam o Imperialismo e o Nacionalismo (Díaz-Andreu e Champion: 1996; MacGuire: 1992, 35; Patterson: 1997, 91). A Arqueologia, como saber integrante das Humanidades, possui, em seus discursos, efeitos de verdade e poder suficientes para, parafraseando-se Edward W. Said (1985: 2), cavar ainda mais o fosso das diferenças ontológicas, epistemológicas e geopolíticas entre “nós” e os “outros”. Contudo, como qualquer saber, se a Arqueologia poder colaborar para a opressão, o pode também para a emancipação. Ela pode favorecer, por exemplo, a reflexão sobre as políticas de identidades. Pode levar-nos a pensar sobre os modos por que representações específicas do passado fabricam identidades particulares, sobre como a dominação de certas representações sobre outras se acham embebidas por relações de poder que perpassam os grupos sociais. Por outra, pode levar-nos a pensar como certas classificações e interpretações usadas em Arqueologia e, de um modo mais amplo, nas Humanidades, estão envoltas em relações de poder, em conflitos, práticas e estratégias de legitimação social (Jones: 1997, 142-143).

A construção de um Ecomuseu e de museus de sítio, no Baixo São Francisco, poderia envolver, pois, o diálogo e a negociação de identidades com turistas e, sobretudo, com a população local. Experiências bem sucedidas nesse sentido já foram feitas no Brasil, tanto em pesquisas acadêmicas, como foi o caso daquelas realizadas na Serra da Barriga (AL), no Quilombo dos Palmares (Funari: 1998, 42-43), quanto em museus, mais especificamente no Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (Tamanini: 1998; Funari: 1999a, 5). Ora, a Arqueologia, no Brasil, que recentemente passou a encetar um diálogo teórico com a Arqueologia mundial (Funari: 1995, 245; 1999b: 31), apresenta, hoje, propostas metodológicas consistentes para os museus nacionais (Bruno: 1999) e para a exploração turística do patrimônio arqueológico Pré-Histórico (Morais: 2001). No mesmo passo, a Arqueologia brasileira vem produzindo interpretações sobre a ocupação pré-histórica de diferentes regiões brasileiras (Noelli: 1999/2000; Neves: 1999/2000; Reis: 2002), livros didáticos voltados para o Ensino Fundamental (Funari e Noelli: 2002) e para crianças (Funari: 2001). A Arqueologia do Baixo São Francisco, pois, não pode se isolar deste movimento intelectual da Arqueologia brasileira. É preciso que ela desenvolva pesquisas com qualidade e criatividade, pesquisas voltadas para uma perspectiva comparativa dos materiais arqueológicos já evidenciados ao longo do Vale do São Francisco (Noroeste de Minas Gerais, sudoeste da Bahia, Sobradinho e Itaparica) e para a escrita da História Indígena.

Porém, como não existe trabalho arqueológico fora dos interesses sociais (Veigt: 1989, 50; Hodder: 1990, 278), como não existe pesquisa apolítica, a Arqueologia do Baixo São Francisco precisa, também, posicionar-se politicamente. A fundação de museus e o incentivo ao turismo são fundamentais para um trabalho com as comunidades locais, para torná-las sujeitos de seu próprio patrimônio, partícipes de um processo de reinterpretação dos signos e símbolos en-

que se ancoram, no Brasil, as identidades sociais que nos marcam e nos demarcam. Talvez, neste caminho, os sertanejos deixem, com o tempo, de serem vistos somente através do crivo do cangaço, da caatinga, do messianismo. Talvez, nesta caminhada, eles deixem de ser vistos como os retirantes de *Vidas Secas*, talvez deixem de ser infames (sem fama) e de brilhar somente quando lampejados pelos clarões dos poderes (Foucault: 1994) institucionais daqueles que querem construir suntuosas obras faraônicas. Em suma, a Arqueologia do Baixo São Francisco poderia tornar-se uma chave decisiva para se entender não apenas o passado de uma região, mas sobretudo para se pensar alternativas para um futuro de integração, respeito pelas comunidades e desenvolvimento auto-sustentado.

Seria um belo passo para que a História, no Brasil, deixasse de ser enfadonha.

AGRADECIMENTOS

Ao amigo Antônio Fernando de Araújo Sá (UFS/Departamento de História), que me incentivou e estimulou a escrever este artigo. Aos amigos Nívea Leite, Henrique Alexandre Pussi, Suely G. Amâncio e Ana Cristina do Nascimento, companheiros de trabalho nos sertões de Xingó. Não posso me esquecer de Francisco José Alves dos Santos (UFS/Departamento de História), amigo que, mesmo sem ser arqueólogo, discutia argutamente comigo sobre a Arqueologia do Baixo São Francisco. Tampouco posso me esquecer do apoio dado pelo CNPq, quando eu ainda era estagiário no PAX. Por fim, agradeço aos seguintes amigos e colegas que, lendo a versão original deste artigo, ajudaram-me a melhorá-lo, conquanto, desnecessário dizê-lo, a responsabilidade pelos argumentos seja toda minha: Margarita Díaz-

Andreu (Universidade de Durham/Departamento de Arqueologia), Pedro Paulo Abreu Funari (Unicamp/Departamento de História; MAE/USP), Alejandro F. Haber (Escola de Arqueologia/Universidade de Catamarca), Ana Piñón (Universidade de Madrid/Departamento de Arqueologia), José Alberione dos Reis, Francisco Noelli Silva (Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História da Universidade Estadual de Maringá) e Edson Silva (UFPE/Centro de Educação).

BIBLIOGRAFIA

AB'SABER, Aziz Nacib.

1997. O Homem dos Terraços de Xingó. *Cadernos de Arqueologia*. PAX/UFS/CHESF/PETROBRÁS: Documento 6.

ACUTO, F. A.

1999. Paisajes Cambiantes: la dominación Inka en el valle Calchaqu. Norte. In: FUNARI, P. P. A.; NEVES, E. G.; PODGORNÝ, I. Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul. *Revista do MAE*, Suplemento 3: p. 143-160.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de.

2000. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. Recife/São Paulo: Massagana/Cortez.

BATISTA de OLIVEIRA, Cândido.

1856. Seção Astronômica e Geográfica. *RIHGB*, (19): 62-68.

BENJAMIN, Walter.

1991 [1940]. Teses sobre Filosofia da História. In: KOTHE, F. R. (org.). *Walter Benjamin*. São Paulo. Editora Ática, p. 153-164.

BRICHTA, Arno e DOMINGUEZ, José Maria Landim.

1997. Estudos Sedimentológicos à Montante da UHE de Xingó. *Cadernos de Arqueologia*. PAX/UFS/CHESF/PETROBRÁS: Documento 4

BRUNO, Cristina.

1999. A Importância dos Processos Museológicos para a Preservação do Patrimônio. In: FUNARI, P. P. A.; NEVES, E; G.; PODGORNÝ, I.

- Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul. *Revista do MAE*, Suplemento 3, p. 333-338.
- CALDARELLI, Solange Bezerra.
1999/2000. Arqueologia de Contrato no Brasil. *Revista da USP*, (44): 52-73.
- CAPANEMA, Guilherme Stüch.
1856. Seção Geológica e Mineralógica. *RIHGB*, (19): 44-49.
- DANIEL, G.
1950. *A Hundred Years of Archaeology*. London: Duckworth
- DÍAZ-ANDREU, M.; CHAMPION, T.
1996. Nationalism and Archaeology in Europe: an Introduction. In: DÍAZ-ANDREU, M.; CHAMPION, T. *Nationalism and Archaeology in Europe*. London: UCL Press, p. 1-23.
- FAGAN, Brian M.(ed.)
1970. Settlement Archaeology. In: *Introductory Readings in Archaeology*. New York: Holt, Rinehart and Winston, p. 208-219.
- FERREIRA, Lúcio M.
1999. Vestígios de Civilização: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Construção da Arqueologia Imperial (1838-1870). *Revista de História Regional*, 4 (1): 9-36.
2001a. Arqueologia e Geoestratégia: As Fronteiras Imperiais e o Uso das Fontes Arqueológicas (1838-1877). *Vária História*, (24): 149-171.
2001b. "Um Bando de Idéias Novas" na Arqueologia (1870-1877). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*, (11): 21-33.
2002. *Vestígios de Civilização: A Arqueologia no Brasil Imperial (1838-1877)*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Dissertação de Mestrado).
- FERREIRA, Lúcio M.; PUSSI, Henrique Alexandre
1997. Relatório sobre o Projeto Arqueológico à Jusante da UHE de Xingó. *PAX*. Aracaju/Xingó: UFS/CHESF/PETROBRÁS.
- FERREIRA, Lúcio M.; LEITE, Nívea; PUSSI, Henrique Alexandre.
1996. Relatório sobre o Projeto Arqueológico à Jusante da UHE de Xingó. *PAX*. Aracaju/Xingó: UFS/CHESF/PETROBRÁS.

FOGAÇA, Emílio.

1997. Análise Preliminar de Algumas Indústrias Líticas Lascadas Recuperadas em Xingó. *Cadernos de Arqueologia*. PAX/UFS/CHESF/PETROBRÁS: Documento 3.

FOUCAULT.

1994. *La vie des hommes infâmes*, In: *Dits et Écrits*. Paris: Gallimard. Vol III, p. 237-253.

FUNARI, Pedro Paulo A.; NOELLI, Francisco Silva.

2002. *Pré-História do Brasil*. São Paulo: Contexto.

FUNARI, Pedro Paulo A.

1995. Mixed Features of Archaeological Theory in Brazil. In: UCKO Peter (ed.). *Theory in Archaeology: A World Perspective*. London: Routledge, p. 236-250

1998. Destruction and Conservation of Cultural Property in Brazil: Academic and Practical Challenges. In: FUNARI, Pedro Paulo A. *Teoria Arqueológica na América do Sul*. Campinas: *Primeira Versão*, p. 33-51.

1999a. Ethnicity and Identity: Archaeology, Education and Brazilian Identity. *World Archaeological Congress 4*. South Africa, 13 p.

1999b. Brazilian Archaeology: A reappraisal. In: POLITIS, Gustavo G. ALBERTI, Benjamin. *Archaeology in Latin America*. London: Routledge, p. 16-37.

2001. *Os Antigos Habitantes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP.

GUARINELLO, Norberto Luiz.

1989. *Os Primeiros Habitantes do Brasil*. São Paulo: Atual.

GUIDON, Niéde.

1994. *Relatório de Visita ao PAX*. Piauí: FUNDHAM.

HODDER, I.

1990. *The Domestication of Europe*. Oxford: Basil Blackwell.

1992. *Theory and Practice in Archaeology*. London: Routledge.

JERÔNIMO, Onésimo e CISNEIROS, Daniela.

1997. Indústrias Líticas na Área Arqueológica de Xingó. *Cadernos de Arqueologia*. PAX/UFS/CHESF/PETROBRÁS: Documento 10.

- JONES, Siân.
1997. *The Archaeology of Ethnicity: Constructing Identities in the Past and Present*. London: Routledge.
- LA HURE, Conde de.
1865. *Considerations Sommaires sur L'Origine des Amas de Coquillages de la Côte du Brésil*. Dona Francisca (SC), 10. 02. 1865. *IHGB*, lata 15, pasta 9 (manuscrito).
- LARAZZI, M.
1999. Objetos viajeros e imágenes espaciales: las relaciones de intercambio y la producción del espacio social. In: FUNARI, P. P. A.; NEVES, E. G.; PODGORNY, I. Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul. *Revista do MAE*, Suplemento 3: 371-386.
- LEFEBVRE, H.
1991. *The production of Space*. Cambridge: Blackwell.
- LEITE, Nívea.
1992. Relatório das Prospecções Arqueológicas na área da UHE de Xingó. *PAX*. Aracaju/Xingó: UFS/CHESF.
1996a. Relatório de Análise Técnica do Projeto Arqueológico Xingó. *PAX*. Aracaju/Xingó: UFS/CHESF.
1996b. Documento Preliminar de Avaliação do Material Arqueológico Registrado – Subsídios para Avaliação e Análise Geral. *PAX*. Aracaju/Xingó: UFS/CHESF.
- LEITE, Nívea; NASCIMENTO, Ana Cristina do; SILVA, Suely G. Amâncio da.
1996. Relatório Técnico das Atividades realizadas entre 1988 e 1995: Projeto Arqueológico à Montante da UHE de Xingó. *PAX*. Aracaju/Xingó: UFS/CHESF.
1997. Relatório Técnico das Atividades realizadas entre Novembro de 1996 e Janeiro de 1997: Projeto Arqueológico à Montante da UHE de Xingó. *PAX*. Aracaju/Xingó.

- LEROI-GOURHAN, A.
1976. Os Caminhos da Pré-História Antes da Escrita. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 99-112.
- LEVEAU, P.
2000. Le Paysage aux Époques Historiques: um document archéologique. *Annales*, 55 (3): 555-582.
- LUNA, Suely e NASCIMENTO, Ana.
1997. Os Grupos Ceramistas do Baixo São Francisco: Primeiros Resultados. *Cadernos de Arqueologia*. PAX/UFS/CHESF/PETROBRÁS-Documento 12
- MCGUIRE, R.
1992. *A Marxist Archaeology*. San Diego: Academic Press.
- MORAIS, José Luiz de.
2001. A Arqueologia e o Turismo. In: PINSKY, Jaime; FUNARI, Pedro Paulo A. *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Contexto, p. 95-103.
- MROZOWSKI, S.
1999. Colonization and Commodification of Nature. *International Journal of Historical Archaeology*, 3 (3): 131-200.
- NEVES, Eduardo Góes.
1999. Arqueologia, História Indígena e o registro etnográfico: exemplo do alto Rio Negro. In: FUNARI, P. P. A.; NEVES, E. G. PODGORNÝ, I. Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul. *Revista do MAE*, Suplemento 3: 319-332.
1999/2000. O Velho e o Novo na Arqueologia Amazônica. *Revista da USP*, (44): 86-111.
- NOELLI, Francisco Silva.
1999/2000. A Ocupação Humana no Sul do Brasil: Arqueologia, debates e perspectivas (1872-2000). *Revista das USP*, (44): 218-269.
- ORSER, C. E.
1999. A Teoria de Rede e a Arqueologia Histórica Moderna. In: FUNARI, P. P. A.; NEVES, E. G.; PODGORNÝ, I. Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul. *Revista do MAE*, Suplemento 3: 87-102.

- PALMEIRA, José Arnaldo V.
1997. Restos Alimentares Faunísticos na Área de Xingó. *Cadernos de Arqueologia*. PAX/UFS/CHESF/PETROBRÁS: Documento 11.
- PATTERSON, T.
1997. *Inventing Western Civilization*. New York: Monthly Review Press.
- PROUS, André; NEVES, Walter.
1996. *Relatório de Visita ao PAX*. Belo Horizonte/São Paulo: Museu de História Natural da UFMG/USP.
- REIS, José Alberione dos.
2002. *Arqueologia dos Buracos de Bugre: Uma Pré-História do Planalto Meridional*. Caxias do Sul: EUDCS.
- SAID, E. W.
1978. *Orientalism*. New York: Penguin Books.
- SILVA, Suely G. Amâncio da.
1996. Relatório Técnico das Atividades realizadas entre Janeiro e Fevereiro de 1996: Projeto Arqueológico à Montante da UHE de Xingo. PAX. Aracaju/Xingó: UFS/CHESF.
- AMANINI, Elizabete.
1998. Museu, Arqueologia e o Público: Um Olhar Necessário. In: FUNARI, Pedro Paulo A (org.). *Cultura Material e Arqueologia Histórica*. Campinas: Unicamp/IFCH. *Coleção Idéias*: p. 179-220.
- TRIGGER, Bruce G.
1990. *A History of Archaeological Thought*. Cambridge: Cambridge U. P.
- WEIGT, Ulrich.
1989. Ethnic Concepts in German Prehistory: a case study on the relationship between cultural identity and archaeological objectivity. In: SHENNAN, Stephe (ed.). *Archaeological Approaches to cultural identity*. London: Unwin Hyman, p. 45-82.
- VERGNE, Cleonice.
1991. Projeto Xingó de Salvamento. In: *Anais do I Simpósio de Pré-História do Nordeste Brasileiro: Clio*, Série Arqueológica N. 4, p. 163.

NOME (Name): _____

ENDEREÇO (Address): _____

RECEBEMOS: _____

We have received: _____

FALTA-NOS: _____

We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____

We are sending in exchange: _____

DATA: _____

Date: _____

ASSINATURA: _____

**A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA
SUSPENSÃO DA REMESSA**
Non-acknowledgement of receipt will indicate that further
publications are not wanted.